



Ata da assembleia municipal de Tondela de trinta de abril de dois mil e dezasseis

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis reuniu a assembleia municipal de Tondela no auditório municipal, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos publicitada.

Verificando-se a falta do segundo secretário foi convidado o deputado Carlos Manuel Silva para ocupar o lugar, que aceitou, dando-se, de seguida início à sessão.

Foram apresentada uma credencial: do senhor presidente da junta de freguesia de Lajeosa do Dão, à luz das quais se fizeram representar por Firmino dos Santos Melo de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das nove horas, constatou-se a falta dos seguintes membros: Felisberto Figueiredo, Marina Olga Amaro, Cristiana Ferreira e Sandra Coimbra.

Os deputados tinham justificado as faltas, que foram aceites pelo presidente da mesa e consideradas relevadas.

1- Período de antes da Ordem do Dia:

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 29 de fevereiro

Não havendo intervenções, foi colocada a ata de 29 de fevereiro de 2016 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

1.2. Leitura de expediente

Foi presente um ofício da Assembleia Municipal de Viseu, no âmbito da criação do Centro Oncológico com unidades de radioterapia e de medicina nuclear no centro hospitalar Tondela Viseu. Foi, igualmente, presente ofício do Tribunal de Contas sobre a



Sessão Ordinária de 30-04-2016

submissão eletrónica da prestação de contas do exercício de 2015, dois jornais “A Voz das Misericórdias”, relatório financeiro e de atividades da Câmara Municipal de Tondela.

1.3.Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou o ponto, a bancada do Partido Socialista com a intervenção da deputada Marta Coimbra, que se transcreve:

“Exmo. Sr. Presidente da AM Tondela

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Caros Deputados

25 de Abril de 1974 – Dia da Esperança

Falar do dia 25 de Abril de 1974 sempre mencionado como o dia da Liberdade achamos dever também ser também considerado, no seu mais profundo significado como o dia da esperança...

Do acumular de conversas com quem viveu ativamente este dia e período histórico resultam estas reflexões sobre o seu significado tão importante para Portugal e para os portugueses.

Sem estes contributos e porque nasci já posteriormente a essa data ser-me-ia impossível tentar reproduzir sentimentos que são consequências de vivências que eu não experimentei.

Tentarei ser o mais concisa possível, relembrando à minha geração realidades que por vezes ignoram... Mas ora fechem os olhos e imaginem um País...

Onde o analfabetismo era quase a regra .Muito pobre e sem as elementares infraestruturas ...onde uma viagem de Lisboa ao Porto demorava um dia de automóvel. Devastado por uma guerra colonial em três frentes, Angola, Moçambique e Guiné Bissau e que consumia os nossos recursos e uma



geração de jovens que apenas atrasavam em cerca de quatro anos a sua partida para a emigração... Internacionalmente isolado politicamente... governado por um regime de ditadura castrador das mais elementares liberdades individuais...

Onde a desconfiança social se impunha... pois cada vizinho, cada amigo, poderiam ser denunciadores de qualquer atividade dita suspeita estando aberto o caminho para os interrogatórios e eventualmente para a prisão... Onde a crise de trabalho e de falta de futuro e muitas vezes a miséria faziam a sangria de populações e de quase uma geração dos mais jovens e válidos cujo único caminho aberto era a emigração ...onde o destino europeu era ele muitas vezes trilhado por homens clandestinos que durante a noite atravessavam fronteiras... levando consigo a incerteza e o medo deixando para trás raízes que começavam a cortar em sofrimento...

Aí se acentuou o êxodo que ainda hoje se sente na desertificação humana das regiões de maior contributo migratório.

Em suma um país e um povo sem futuro e sem esperança...

Como se operou a revolução.... isso está já muito descrito... mas algumas das causas... essas estão atrás mencionadas... e são a razão da massiva adesão popular ao golpe militar...na esperança de mudança...sabia-se o que não se queria e procurava-se a construção do futuro ... Se me preocupam algumas das causas atrás descritas é porque também hoje.... mais de 40 anos passados ...vejo nelas sinais que se nos impõem e para os quais teremos coletivamente de dar respostas!

Onde estão as saídas de esperança para a minha geração?

Onde estão os valores de referência que sustentem e orientem os sacrifícios ...nossos e das nossas famílias ...que na nossa fase de formação alimentem sonhos e projetos de vida...

A quem pedir responsabilidades quando olhamos para dirigentes que nos mostram comportamentos de incompetência...ocupando cargos para que não se



prepararam e sem qualquer experiência... por que os ocupam ou ocuparam eles... que confiança nos merecem?

Como acreditar naqueles que ao prometerem... apenas procuram subir mais um degrau na sua trajetória de poder e de usufruto... Que confiança nos merecem?

Como responder à nossa geração jovem...desempregada...sem futuro?

Como justificar que os nossos mais competentes jovens sem futuro, sem proteção social e vivendo da esmola dos pais, mas de formação ao melhor nível europeu, e pelos países ricos aproveitada... sejam remunerados a níveis pouco superiores ao salário mínimo no seu país...?

Que confiança poderão ter?

São estas questões que os nossos concidadãos nos colocam e que defraudam as esperanças de Abril e a que nós eleitos temos o dever de dar respostas. Eles o exigem. Portugal exige!

Não podemos esquecer Abril! O espírito tem de ser renovado para a ele ir retirar a esperança que mobilizou o nosso País, motivando os nossos governantes a trabalhar com seriedade para vencer os desafios do futuro.”

De seguida, o deputado Joaquim Santos continuou, com a intervenção que se transcreve:

Senhor presidente da assembleia municipal

Senhor presidente da câmara municipal

Senhores vereadores

Senhores membros da assembleia municipal

Senhores representantes da comunicação social

Senhoras e senhores,

Entre Abril e Maio ou antes e depois de Abril!



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Foi o acaso, ou talvez não. Porque nunca é demais repetir e nunca será demasiado recordar. Foi depois da Ditadura e antes da Democracia!

Poderia ter acontecido em qualquer lugar, mas aconteceu aqui, ao nosso lado. Neste lado, tão distante da Liberdade, mas tão perto das vicissitudes formatadas ao sabor dos ventos.

São os vícios das maiorias – é sobre isto que vos quero falar.

Como disse Friedrich Nietzsche,

“Para a maioria, quão pequena é a porção de prazer que basta para fazer a vida agradável”.

Ou dito de outro modo, e citando o professor e colunista Miguel Tamen,

“Estar em maioria dá-nos a satisfação de acertar em todas as opiniões alheias, como quem aposta num número que temos a certeza que vai ser premiado”:

Em democracia, as maiorias são o resultado das vontades, mas a legitimidade das maiorias não é absoluta. Não basta ser maioria para ser dono da razão. As regras, instituídas pelas maiorias, são para todos e não apenas para servir convenientemente quem as estabeleceu. A não ser assim, não faria sentido a Democracia.

E, ao contrário do que muitos pensam, nada é eterno – não são eternos os diamantes, até eles vítimas da ganância humana, e muito menos eternas são as maiorias. Tal como no Mundo, há – e ainda bem – uma constante mudança que deixa cair os incautos e julga os infames, porque ninguém é imune à força dos acontecimentos.

Acredito a perplexidade que, em alguns, podem causar estas palavras, mas creio que nem todas as consciências se perpetuarão incólumes quando conseguirem rasgar a venda que lhes entope a possibilidade de verem mais longe!

Vislumbro alguns inquietantes e oblíquos sorrisos, não de vaidade, mas de inquietação, de censura, até, talvez, de receio e de medo.



SP
Alc
JM

Mas as palavras, as minhas palavras, apenas atingem os que sentem nelas a minha censura. Todos temos o direito de censurar, todos temos o direito de criticar, todos temos o direito de confrontar, de agir, de denunciar. Haja, para isso, as necessárias razões.

E é aqui que as maiorias se confundem e se resguardam na couraça do receio, do medo, do constrangimento.

Estar em maioria nem sempre é cómodo, mesmo que *lhes baste a tal pequena porção de prazer!*

O maior temor das maiorias, é a razão das minorias. Porque ter razão não é exclusividade de ninguém.

Perguntar-me-ão o que é a razão?!

A minha certeza é não haver uma clara definição de razão, mas a nossa mente conduz-nos a conclusões, baseadas em premissas e em conceitos, de forma a resolver os nossos problemas. Disse nossos, ou seja, das maiorias e das minorias. Para os racionalistas, onde me revejo, encontrar a razão é partir em busca da verdade e do melhor! Nunca encontrarei uma forma de razão na autoridade (enquanto entidade abstracta) porque as suas razões são apenas uma consequência de tentáculos do Poder, do poder das maiorias!

Enquanto minoria, sinto algum poder, não esse Poder abstracto, mas o poder da mente, da inteligência, da busca da verdade e da tolerância. Esse poder confere-me a Liberdade de obedecer às leis naturais, e não às leis que me são impostas por um qualquer estranho poder, seja ele humano ou sobrenatural.

Nunca me sentirei vítima de qualquer maioria, nunca lhes oferecerei esse prazer; escolherei, sempre, deixar-lhes essa tal *“pequena porção de prazer que lhes basta”*. Tenho em mim, uma muito maior ambição – estar em completa harmonia com a minha consciência e em paz com os valores que defendo.

Estas minhas palavras não foram escritas para as deixar ao acaso. Tenho de lhes dar um sentido.



Alcib
SP *BM*

Sessão Ordinária de 30-04-2016

Nelas comporto e recorde dois momentos:

O primeiro, recuando 2 meses, e a este mesmo local.

Saídos de um qualquer sobressalto, tão estranho como caricato, avocados rasgos de indignação se elevaram em tom exasperado. Piedosamente só, a maioria, deveras incomodada, se entreteve a ter medo de palavras, das minhas palavras, provavelmente incómodas para alguém e impiedosas para os alvos.

De grandezas e misérias se fazem estas sessões. Vestida de razão, da sua razão, mas tantas vezes despida de valores democráticos, a maioria pronunciou-se. Que assim seja. Guardem o vosso incómodo que eu guardarei as minhas razões, porque também as tenho! Um dia, quem sabe, vos sentireis deveras incomodados porque, a mim, a razão da vossa maioria nunca me incomodará. Apenas a enfrentarei, sempre que a minha razão me obrigue.

O segundo momento aconteceu no início desta semana, e também tem a ver com essas tais razões das maiorias.

Pela segunda vez na minha vida, assisti a uma cena semelhante. A primeira, foi no início do mês de abril. Mas foi em Abril de 1974. Embora haja saudosistas, vivíamos amordaçados, onde eram proibidos aglomerados de mais de 2 pessoas, quando falar era proibido, quando pensar era proibido, quando ter dignidade era proibido. Assisti ao vivo, já lá vão 42 anos, naquele longínquo dia dos primeiros dias do mês de abril, à prisão de um colega de faculdade. Era já abril, mas ainda não amanhecera o Dia da Liberdade!

E se aquela primeira vez não me surgiu com surpresa, o mesmo já não posso dizer desta segunda vez: foi com muita tristeza que, em toda a minha vida, assisti à prisão de um homem. Um homem, que tal como o primeiro, não é um criminoso, mas um homem com dignidade.

Aconteceu aqui ao lado, ao nosso lado. E sabem porquê? Pela vontade de uma maioria. Uma maioria tão coesa e tão certa das suas competências, que se sentiu



Sessão Ordinária de 30-04-2016

incomodada, que se incomodou com o barulho ensurdecedor que se dissipa, não pelo motor de uma máquina de filmar, mas por uma coisa muito mais poderosa - pela Verdade!

Permitam-me ressaltar que nunca me assaltou ao pensamento qualquer intromissão nas decisões competentes de qualquer órgão democraticamente eleito, mas o pudor obriga-me a defender os princípios democráticos, sejam em que circunstância for. Somos todos o mesmo território.

Um homem foi detido, não porque perturbava, mas porque cometeu o “pecado” de inquietar uma maioria.

Uma maioria que invoca incompatibilidades, que depois passam a regras, mas que nunca conseguiu explicar onde estão essas regras, quem escreveu essas regras e que, afinal, não passam de fantasias criadas pelo delírio de ser maioria.

Ora, é esse o mais importante papel das minorias – INCOMODAR!

Aqui, em qualquer parte do Mundo.

Quando uma maioria se deixa incomodar por uma minoria, algo vai mal, neste ou em qualquer outro reino que ainda não absorveu o espírito da transparência a que todos estão obrigados, quer as maiorias, quer as minorias.

Razão?

Chamem-lhe o que quiserem, mas a razão das maiorias, como dizem alguns filósofos, quando suportada na autoridade, na superstição ou na fé, são esvaídas de inteligência. Lá teriam as suas razões.

Ou então, tal como acontece frequentes vezes, e provavelmente ainda hoje iremos ter oportunidade de assistir, uma outra razão virá por cobro à razão da maioria.

Por fim, e porque nunca é demais recordar, termino com o poema:

25 de Abril, de *Sophia de Mello Breyner Andresen*



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres, habitamos a substância do tempo.”

Seguidamente, foi a vez da bancada do CDS, com o deputado António Dinis:

“Senhor presidente da assembleia, restante mesa, senhor presidente da câmara, vereadores presentes, membros desta assembleia, comunicação social, publico.

Venho, aqui, falar de duas situações que resultam de uma iniciativa que aconteceu ontem na assembleia intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, em que foram votadas duas moções. Uma relativamente à redução dos valores das portagens na área de influência do nosso concelho, em particular na A24 e na A25, aprovada por unanimidade. Já que há condições para haver um conjunto de benefícios para muita gente e, portanto, acho que o nosso território ficará a ganhar se vier a ser contemplados com essa redução. Queria aqui dizer qual foi a nossa posição e vincular de que é importante que essa solução vá para a frente o mais rápido possível. Todos somos penalizados por estarmos a pagar portagens a custos superiores do que aquilo que são supostamente adequados e ajustados ao serviço que é prestado. Tanto mais que o período de dificuldades por que passamos, nestes cinco anos, está ultrapassado e começamos a viver uma nova prosperidade. Acho que o nosso território deveria ser contemplado nesse domínio.

O segundo assunto tem a ver com a radioterapia. Também foi aprovado na última assembleia intermunicipal uma moção conjunta em defesa da radioterapia para o nosso hospital. Queríamos reforçar essa posição, tanto mais que tem vindo a público que existem algumas pressões, nomeadamente do distrito da Guarda, para tentar que a radioterapia fique no Hospital Sousa Martins. São decisões políticas, sabemos que é assim que terá de ser, mas queremos também deixar a nossa voz que consideramos que a nossa região, em particular o Centro Hospitalar Tondela Viseu tem condições para receber a radioterapia e exige-se que haja a defesa dessa luta, tal como aqui foi aprovado. “



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Passou de seguida para à bancada da CDU, com o deputado Manuel Veiga que apresentou a moção “25 de Abril” que se anexa com o nº 1.

Foi a vez, de seguida, da bancada do PSD, que iniciou com a intervenção do deputado Jorge Henriques. (anexo 2)

O deputado José António Dias interveio de seguida:

“Antes de mais gostaria de dizer ao senhor Joaquim Santos, que quanto ao que se passou num lugar aqui bem perto, a maioria não decidiu porque lhes passou pela sua cabeça. Decidiu com base num parecer jurídico fundamentado na Lei dos Eleitos Locais entre outras. Enquanto alguém, só argumenta apenas com base nos direitos da Constituição, o parecer que nós temos fundamenta-se nos direitos e deveres da Constituição e de outras leis.”

Continuou com a intervenção escrita, que se transcreve:

“Exm.º Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal

Exm.º Sr. Presidente da Câmara

Exm.ªs (ºs) Sras. e Srs. deputados da Assembleia Municipal

Nas reuniões da última sessão da Assembleia de Freguesia de Molelos, dos dias 23 e 27 de abril (a dia 23 de abril foi suspensa e recomeçou a 27 de abril), o membro Luís Figueiredo, persistiu em manter-se na dupla função de diretor do Augaciar e de membro da Assembleia, não acatando o pedido do presidente da mesa da assembleia, fundamentado num parecer da ANAFRE, para que optasse por uma das funções.

Nesta reunião estiveram presentes dois jornalistas que se identificaram perante o presidente da mesa.

Já o membro da assembleia, Luís Figueiredo, perante a insistência do senhor presidente da mesa, não apresentou a identificação de jornalista ou equiparado a jornalista



Sessão Ordinária de 30-04-2016

e manteve-se em silêncio, não cumprindo com os deveres previstos no Estatuto do Eleito Local, nomeadamente, não respeitou o dever público decorrente da eleição e do mandato para que foi eleito, a legalidade e as normas regimentais aplicáveis e bem assim de consideração pela institucionalização da autarquia e dos seus órgãos e representantes, separando as diferentes esferas da sua intervenção cívica.

Em 21 de dezembro de 2015, segundo o mesmo tinha um parecer que lhe permitia gravar as sessões, mas do qual não deu conhecimento à Assembleia, afirmou mais tarde na comunicação social que só ele sabia que podia filmar/gravar.

Agora, confrontado com o conteúdo de um parecer da ANAFRE, fundamentado na lei, a referir que a presença do eleito na dupla qualidade de membro da assembleia de freguesia e de jornalista ou equiparado não é conciliável, diz que não acata nenhum parecer, apenas aceitará uma decisão judicial.

Argumentou sucessiva e exaustivamente que as duas funções não são incompatíveis de acordo com a lei.

O presidente da mesa da assembleia respondeu-lhe sucessivamente que não se trata de incompatibilidade, mas de não poder exercer as duas funções em simultâneo.

Uma vez que este impasse não permitia o normal funcionamento da assembleia de freguesia o membro em causa acabou por ser detido, após a suspensão da reunião e a intervenção das autoridades.

Havendo dúvidas e mesmo que o parecer da ANAFRE não venha a ser considerado válido por sentença do tribunal, perante o impasse criado pelos respetivos argumentos, será que a maioria dos membros da assembleia que tinha que se sujeitar aos argumentos da minoria?

As regras democráticas dizem que não. E, portanto, a assembleia eleita democraticamente devia funcionar. Mas não era isso que pretendia o membro Luís Figueiredo e outros presentes, nomeadamente no público.



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Durante a reunião tivemos mais público presente do que é habitual, a maioria da nossa freguesia e uma pessoa de outra freguesia. E esta pessoa distinguiu-se de todos os outros, mas não foi pela positiva já que deveria saber estar e ter uma postura responsável, tendo em consideração as responsabilidades político-partidárias que tem no nosso concelho.

Esta pessoa durante o tempo que permaneceu no local onde decorreu a assembleia esteve sempre muito irrequieto e falador (é pena não haver um filme pois se o próprio o visse coraria de vergonha). E, se antes do início formal da reunião e durante o período de suspensão da assembleia o público pôde falar, já após as autoridades saírem e de o senhor presidente da mesa da assembleia ter dado início formal dos trabalhos, esse senhor demonstrou, mais uma vez, não saber estar e uma falta de respeito intolerável pelo órgão e por todos os membros eleitos da assembleia de freguesia de Molelos, pois não se calou, interferiu quando outros eleitos tinham a palavra e incentivou com persistência os restantes membros eleitos pelo partido socialista a ausentarem-se da assembleia o que veio a verificar-se.

Durante uma intervenção do presidente da junta, interrompida por esse senhor, alguns membros eleitos pelo partido socialista hesitaram na intenção de abandonarem a assembleia, mas com a persistente intervenção desse senhor acabaram por abandoná-la.

Naturalmente que o sr. presidente da mesa solicitou diversas vezes ao público presente que estivesse calado, mas não com a ênfase que as circunstâncias vividas pediam, presumo que devido ao seu estado de saúde, já que no final dos trabalhos ficámos durante largos minutos preocupados com a sua indisposição. Após alguns momentos de preocupação geral ficou aparentemente melhor e posteriormente foi acompanhado até à sua casa.

Presumo que para os deputados desta Assembleia não seria necessário dizer o nome da pessoa em causa e que contribuiu para perturbar o normal funcionamento da assembleia de freguesia de Molelos, mas não posso deixar de o referir, trata-se do deputado desta assembleia senhor Joaquim Santos, eleito pelo partido socialista.



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Resumindo, verificou-se: que o senhor Joaquim Santos não soube respeitar a democracia; que embora estivesse numa casa aberta ao público não a respeitou; que contribuiu para que a democracia não funcionasse com normalidade; que não demonstrou ser responsável em espaços que o exigem; e demonstrou que não sabe distinguir os momentos e os lugares adequados onde se pode fazer política.

Termino referindo que será sempre bem-vindo a Molelos, esperando, no entanto, que da próxima vez que vá assistir a uma assembleia saiba estar e ocupar o seu lugar.”

A deputada Vera machado tomou da palavra, de seguida:

“Senhor presidente da assembleia municipal, restante mesa, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, membros da assembleia municipal, comunicação social,

Antes de apresentar, aqui, um voto repúdio em nome do Partido Social Democrata, queria só relembrar aqui e dizer ao Partido Socialista, que nós já percebemos qual é a estratégia deles no concelho. A estratégia deles passa por terrorismo político. Criam factos políticos para ter protagonismo, porque precisam de palco como de pão para a boca. Portanto, já percebemos o modo operandi, é linguagem ofensiva, linguagem provocatória permanentemente no Facebook, nos boletins partidários que lançam aí em sites. A única diferença entre uns e outros é os termos, porque uns dizem: “aí são coniventes”, outros dizem: “estão ao serviço”. Como sabem o PSD não vai à assembleia de freguesia de Molelos dar ordem às tropas, porque somos um partido plural e solidário. O discurso do medo já deixou de surtir efeito, porque já parece um verdadeiro rádio a pilhas. Aquele argumento da maioria, é o argumento para aqueles que chega às urnas e normalmente não cativam a confiança das pessoas”.

Continuou, com a leitura do voto de repúdio que se anexa com o número 3.

De seguida, o deputado Abílio dos Santos interveio. (anexo 4)

O presidente da mesa concedeu um minuto ao deputado Joaquim Santos para a defesa da honra, apesar de ter esgotado o tempo de intervenção neste ponto.

O deputado Joaquim interveio:



Sessão Ordinária de 30-04-2016

“Agradeço ao senhor presidente, mas também lhe queria dizer que em defesa da honra, é o tempo que tiver que me demorar, tenho direito a isso. Vou tentar ser o mais rápido possível. Estas intervenções que hoje foram aqui feitas e se as pessoas se ouvissem, com certeza não tomavam atitudes que tomaram na última assembleia municipal e que aqui referi. Parece que até adivinhava, porque a minha intervenção vem precisamente nesse sentido, se alguém não percebeu, peçam-me explicações que as dar-lhe-ei gratuitamente.

Começando na intervenção da Vera, quero desde já fazer nota que vou requerer a gravação da sessão desta assembleia e uma cópia desta moção que foi entregue. Tem coisas muito ofensivas em relação a uma pessoa que não está aqui, mas que são uma ofensa. Isto é um local público e ele não tem direito a ser ofendido da maneira que foi. Aliás foi ultrajado.

Quanto à questão do terrorismo político do Partido Socialista, quero que a Vera venha aqui esclarecer se isso se refere ao PS no abstrato ou se se refere ao PS de Tondela, porque as coisas mudam completamente de figura.

Quanto ao senhor último orador, até parece mentira, uma pessoa que é das mais críticas em relação à minha linguagem. Ele que se reveja e que peça também a gravação para ouvir aquilo que ele disse. Que não leia só, que se ouça a ele próprio. Que se ouça e pode ser que sinta vergonha daquilo que acabou de dizer.

Quanto ao Engº Dias daquilo que ele disse. Estive com todo o direito na assembleia de freguesia de Molelos. Só para lhe dizer que sou cidadão munícipe deste concelho, mas também sou residente na área urbana de Tondela, onde a freguesia de Molelos se integra. Não perturbei trabalho nenhum. Falei e posso fazê-lo e era só o que faltava que não pudesse em voz baixa e sem perturbar, sei que aos senhores qualquer burburinho vos incomoda, depende de onde ele vier, mas era com a sessão interrompida. Se o senhor tem dúvidas ou se alguém tiver dúvidas, até me fizeram chegar uma gravação do que se lá passou, sonora, podem ouvi-la se quiserem, eu tenho-a comigo essa gravação, que é para realmente apurar a verdade e saber o que se passa. Não basta para aqui dizer o que aconteceu do meu ponto de vista. Agora vou dar o meu ponto de vista. (o presidente



da mesa pede para terminar). Isto é em defesa da honra senhor presidente, isto são acusações graves (o presidente da mesa informa que para defesa da honra e o regimento assim o prevê, tem de ser feito dentro dos tempos indicados). Nesse caso, quero fazer uma pergunta à mesa: esgotei o tempo, quero saber estes assuntos de defesa da honra são em situações imprevisíveis, quero saber como tenho de fazer? (o presidente da mesa respondeu que durante os vários pontos da ordem de trabalho há possibilidade de o fazer). Nesse caso guardarei para o ponto a seguir. Muito obrigado.”

Foi, de seguida, colocada à votação o voto de repudio entregue pela deputada Vera Machado tendo a mesma sido aprovada por maioria com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Catarina Homem, Marta Coimbra, Jorge Manuel Marques e António Sérgio Almeida; as abstenções dos membros: António Dinis, António Almeida Dias, Alfredo Cabral, Manuel Veiga e Firmino Melo; e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Abílio dos Santos, António Pereira, Diamantino Costa, João Carlos Antunes, António Pais Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares e José Manuel Mendes.

Continuou-se os trabalhos com a votação da moção “25 de abril” entregue pelo membro Manuel Veiga, que foi aprovada por maioria com a abstenção do membro Jorge Henriques e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O deputado Jorge Henriques declarou que a sua abstenção deve-se ao facto de a moção conter uma afirmação. Não considera que as concessivas revisões constitucionais



Sessão Ordinária de 30-04-2016

tenham desvirtuado ou posto em causa quaisquer valores de abril. Entende que a moção é excessivamente ideológica.

2. Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

“Bom dia.

Senhor presidente da assembleia, senhores membros da assembleia, comunicação social, público que assiste.

Como observador, não deixo de registar de como por vezes os “feitiços se viram contra os feiticeiros”. Registei com especial atenção o início da intervenção do senhor deputado Joaquim Santos, onde dizia: “que iriam ser vistos alguns sorrisos amarelos e alguns sorrisos de incompreensão”. Gostei de ver o modo da expressão e da face, quando o deputado Jorge Henriques se referiu ao governo local destes anos, depois de 1985 e registar esse sorriso amarelo.

Queria começar por dizer que abril é um direito de todos. Não se cumpre abril, sempre que está em causa o sucesso educativo. Não se cumpre abril, quando todos não tem igualdade de oportunidades. Não se cumpre abril, quando não se acredita que as reformas são um instrumento para a valorização daquilo que são as nossas principais preocupações. Não se cumpre abril, quando sistematicamente esconde que não é preciso fazer uma reforma no sistema de proteção social. Não se cumpre abril, quando se põe em causa a solidariedade intergeracional, que tem de garantir iguais direitos para todos e não só para alguns. Não se cumpre abril, quando alguém se refugia em direitos adquiridos e não olham para a expectativa daqueles que hoje contribuem e que tem igual direito em ter direitos no futuro.



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Uma nota muito rápida sobre a questão que teve maior amplitude, no período antes da ordem do dia. Acho que por vezes as metáforas nos ajudam a perceber algumas coisas. Podemos culpar sempre o autor da estrada, porque fez uma curva, porque colocou um sinal de perigo e aquele condutor que sistematicamente quer ir em frente, não respeita o traçado mais ou menos sinuoso da estrada, dirá sempre que a culpa é do projetista, que a culpa é da lei, que a culpa é da maioria e nunca a culpa é dele. Acho que a democracia deve fazer-nos refletir onde está, onde estamos e para onde vamos. Não é a maioria que se incomoda qualquer que seja com a verdade. Quando usamos “chavões”, temos de perceber de que maiorias falamos, a do governo local? Ou do governo nacional? O que nos inquieta não é o delírio de pensar que as maiorias são um entrave. Mas o delírio de alguém pensar que a sua razão se deve sobrepor às razões da maioria e não há maioria da razão.

Registo todas as diferentes intervenções. A forma elevada como muitas foram referidas e acima de tudo o debate plural que faz desta casa, uma casa onde nunca estive em causa o debate político e democrático. “

Continuou com a intervenção escrita (anexo 5) e a projeção de imagens das atividades desenvolvidas desde a última assembleia municipal.

O deputado António Ferreira interveio. (anexo 6)

O deputado António Dinis tomou da palavra, de seguida:

“Senhor presidente da assembleia, caros membros.

Havia solicitado o documento da candidatura ao consórcio do PROVERE, porque era importante clarificar a assembleia municipal algumas das coisas que aqui foram ditas, que foi entregue há pouco.

Primeira questão, basta ir ver à última ata, o senhor presidente disse repetidamente que era trezentos mil a candidatura do município. Verificamos todos, que só a candidatura do município, só na primeira fase aprovada, com cofinanciamento garantido, os projetos âncoras tinham financiamento assegurado no PROVERE. Depois o senhor presidente faz



Sessão Ordinária de 30-04-2016

uma ginástica mental, o documento está com os projetos da Tondelviva, mas junta tudo, com a construção do hotel. Está igualmente cá, a requalificação do balneário com um milhão de euros. Aquilo que eu dizia e pelos vistos havia gente incomodada, mas estava certo, somando um milhão de euros aprovados para a requalificação mais quatrocentos e oitenta mil, estamos a falar de um milhão e meio que seria o investimento para o balneário termal. Os investimentos que foram feitos no parque urbano foram da Tondelviva, estamos aqui a tentar misturar com o privado. Se tiver dúvidas, de quem era o presidente do conselho de administração da Tondelviva, fale com o seu vice-presidente. Eu é que nada tinha a ver com a Tondelviva.

Havia projetos de âmbito municipal e outros privados. Parece que a Tondelviva era algo estranho ao município. Pelos vistos era. Em concreto o que interessa às populações e a esta assembleia municipal é sabermos que tínhamos aprovados em projetos âncora, que depois não foram complementados. Nas folhas 1 e 2 aparece a lápis, devido a uma renegociação que houve em Anadia com o vereador Pedro Adão e o anterior presidente da câmara. Que fique claro que a localidade de Sangemil não utilizou um milhão e quatrocentos mil euros. Aparece o hotel, porque já tinha sido aprovado um para Sangemil, quando a Visabeira estava a gerir o balneário termal, foi colocada essa hipótese, porque era importante para dar uma dimensão à zona que não tem agora. Nas várias reuniões havidas, a Visabeira à época disse que se tivesse 50% de financiamento, avançaria com o hotel. A Câmara não podia garantir esse financiamento, porque não havia candidatura do PROVERE. Assim que houve, foi proposto o hotel, porque seria uma forma de dar a possibilidade a um privado que não a Tondelviva, que o pudesse fazer. Tanto mais que na área dos negócios da Visabeira, era uma área que lhes interessava. Desse modo, apresentamos uma candidatura, que foi aprovada, como projeto âncora. Entretanto, a Visabeira que já não estava a explorar o balneário, estava a Tondelviva, e nós fomos à WRC, a Anadia, falar sobre isto e o senhor presidente da câmara na altura, Dr. Carlos Marta, insistia com a sua fundamentação que queria um balneário novo, preferia em vez do hotel. O que aconteceu de seguida, eles nunca aprovaram isso, porque nas candidaturas não davam verbas para novos balneários termais. Entendiam que nos existentes eram suficientes requalificações. Todos os balneários termais das candidaturas



Sessão Ordinária de 30-04-2016

tiveram investimento, à exceção de Tondela, porque em Viseu e S. Pedro do Sul houve investimento. Em resumo, o nosso concelho desperdiçou esta candidatura. É bom que se clarifique estas situações. Não sabia se iria ser entregue esta documentação, portanto trouxe hoje notas minhas, com os valores e as possibilidades de negociação que nós colocamos para serem aprovados, caso o novo balneário termal não fosse aprovado. Tínhamos, portanto, umas candidaturas de substituição, caso fosse necessário podermos submeter, nomeadamente a remodelação arquitetónica, entre outras.

Quando falamos que tinha sido desperdiçado um milhão de euros, afinal não era um milhão, era um milhão e quatrocentos e oitenta mil euros.

Dizer que a Tondelviva não tem nada a ver com o município, então tem de explicar como fizeram o campo de Molelos. São decisões políticas. Porque é que se optou por se fazer um campo em Molelos e não se optou por fazer um balneário? Depois, senhor presidente ficou com isto na mão para investir em 2013. Já não estava na câmara. Caiu, porque deixamos cair. Sei o que se passou, não houve vontade política em investir em Sangemil. Que não haja dúvidas para ninguém. Sabemos ler todos. Se tivéssemos tido esta possibilidade de financiamento do hotel, dois anos antes, a Visabeira estaria provavelmente com um hotel novo em Sangemil e a explorar o balneário termal. Tínhamos um equipamento completamente novo, em condições e com imensa dignidade e a gerar riqueza.

Finalmente, uma última nota, vou pedir que me deem por escrito as contas de exploração do balneário termal de Sangemil. A ideia que tenho é que está a dar prejuízo. Em novembro, não pude fazer termas, porque os equipamentos não estavam em condições. Nunca o tinha aqui dito, porque não gosto deste jogo. Custa-me. Só defendo aquilo que é o interesse daqueles que nos elegeram”.

O deputado Joaquim Santos continuou os trabalhos:

“Vou voltar um pouco atrás para responder ao senhor presidente da junta de freguesia de Molelos. O senhor referiu-se, aqui, ao meu comportamento, eu nunca me referi aqui ao comportamento inqualificável dos membros da mesa da sua assembleia de



Sessão Ordinária de 30-04-2016

freguesia. Mas já que fala nisso, vamos a isso. O senhor deveria ver e pode ver nas filmagens, o ridículo que fizeram quando o Luís falava, como reagiam. Mas vamos aos factos, como já lhe disse, estava com toda a legitimidade naquela assembleia de freguesia como está qualquer cidadão de qualquer parte do país em sessões públicas. Estão também convidados a irem às da minha freguesia, é com muito gosto, até mesmo os senhores jornalistas.

Deixe-me fazer algumas considerações daquilo que disse. Disse que a maioria não decidiu pela sua cabeça, já estamos habituados que as maiorias não decidam pela sua cabeça, aliás isso faz parte da minha intervenção, normalmente as maiorias não decidem pela sua cabeça, esse é que é o mal. O senhor também disse que tinham pareceres. Como disse o Luís, pareceres são pareceres. O gabinete jurídico da ANAFRE, que é constituído suponho eu por advogados. Os advogados não legislam, apenas as interpretam. Depois, disse que dois jornalistas que estavam presentes e se identificaram. É verdade. Só acho muito estranho, que os senhores no sábado anterior não pediram a identificação a esses jornalistas. Só a pediram naquele dia por algum motivo. Explique porque é que não pediram no primeiro dia, e toda a gente os conhece. Aqui, nunca ninguém lhes perguntou pela identificação, porque são conhecidos. Assim como toda a gente sabe que independentemente do tamanho do jornal, porque o Augaciar é um jornal registado na entidade reguladora da comunicação social e diz lá que o diretor é o Luís Figueiredo. São pessoas da terra. Ele incomodava? Incomodava. Ele já tinha incomodado antes, tal como eu incomodo. Mas como eu disse, o papel das minorias é incomodar. É para isso que até foi feita uma reforma no Parlamento, em 2006 ou 2007, precisamente para obrigar as maiorias a responder no Parlamento perante as minorias. Concretamente, a obrigatoriedade do senhor primeiro-ministro ir quinzenalmente à Assembleia da República, que até aí, ao uma vez por ano, quando era a discussão do orçamento. Esta é que é a verdadeira democracia. É assim que isso funciona.

Voltando ainda ao assunto, o senhor presidente da mesa disse aqui o senhor presidente da junta de freguesia, nunca falou em incompatibilidades. Falou, muitas vezes. Tenho essa gravação. Mas depois essas incompatibilidades, passam a ser regras. E quando perguntaram quais eram as regras, ele não soube dizer quais eram as regras. Vou, aqui



Sessão Ordinária de 30-04-2016

contar resumidamente o que se passou. A GNR entrou no local, identificou o Luís Figueiredo, como jornalista, porque ele apresentou os documentos, depois o senhor presidente da mesa da assembleia de freguesia começou a dizer, isto com a sessão interrompidas, alias mesmo que o presidente não declare sessão interrompida, com a entrada da GNR tem de estar interrompida. Aquelas figuras tristes que o senhor presidente da junta disse, já vou dizer quais foram, e porque é que as fiz. Quando o senhor presidente falava em incompatibilidades, o senhor agente da GNR também dizia que havia incompatibilidades. O senhor Luís Figueiredo disse ao senhor agente da GNR: “Não são incompatibilidades, porque na Lei estão escritas que não são incompatibilidades”. E diz assim o senhor agente da GNR: “então o senhor fazia o favor de apresentar provas disso”. E o Luís respondeu: “se me deixarem ir ao meu computador, mostro-vos a lei, que não a tenho aqui impressa”. Peguei no meu telemóvel e passei-o ao Luís para ele mostrar ao senhor agente. Fiz aquilo que devia, que qualquer pessoa devia fazer. Estava outra pessoa da assembleia de freguesia, mas fui mais rápido e mostrei para que o GNR ficasse esclarecido e onde se falava quais são as incompatibilidades entre um jornalista e um representante de um cargo publico. Depois disso, o senhor presidente da mesa disse que já não era incompatibilidades, que eram regras. O GNR continuava a dizer que eram incompatibilidades. Entretanto o Luís Figueiredo perguntou quais eram e onde estava escrito? O GNR respondeu: “agora não sei, assim de momento não sei, não as tenho comigo”. O Luís provou aquilo que lhe foi perguntado. Mais ninguém provou. Quando o senhor presidente da mesa disse que existiam regras. Quais regras? Qual o regimento? Essas regras regimentares, a permanência dos órgãos de comunicação nas assembleias, não tem de estar regimentadas. Está na lei. Não há nenhum regimento que se possa opor à lei. No regimento da assembleia de freguesia de Molelos está que as sessões são gravadas pela mesa, tal como está no nosso regimento, por um motivo muito simples, é que ultrapassa as competências dos órgãos autárquicos. Quem conhecer a Lei 75/2013, leia se faça o favor as competências dos órgãos autárquicos das assembleias de freguesia. Não há nenhuma competência que diga: As assembleias de freguesia tem competências para gravar sessões. Não está. Por isso é que tem de estar no regimento. Esta sessão está a ser gravada para auxiliar a feitura da ata. Isso tem de estar acordado por nós. Mas nós não podemos, mesmo que quiséssemos, impedir os senhores jornalistas estar aqui dentro



Sessão Ordinária de 30-04-2016

a filmar ou gravar. Há uma pergunta fundamental, como disse o senhor presidente da assembleia, está gravado, o Luís ter uma câmara de filmar ligada, perturbava e os senhores jornalistas podem ter o gravador ligado, já não perturba. É o que disse há pouco, não é o barulho da máquina, é o barulho da verdade. Portanto, senhor presidente da junta de freguesia de Molelos, não faltei a nenhum respeito, posso lá ir outra vez, aliás as sessões são públicas. Quando entenderem que eu perturbo, chame a GNR que me venha deter. É esse o desafio que lanço.

Agora duas ou três questões ao senhor presidente da câmara. Também tenho um bom sentido de humor, a propósito do sorriso e daquilo que disse o Jorge Henriques, acha que eu esperaria que um correligionário seu, viesse dizer mal de si? Outros já vieram também. É perfeitamente normal. Não é por isso que me provoca o meu sorriso. Poderia provocar o meu sorriso, o exagero que por vezes se faz. Agora, não é motivo para sorrir, que venha para aqui um seu apoiante dizer que está tudo bem, porque já antes vivíamos num oásis. Antes do seu mandato, vivíamos num oásis. Estamos agora a ver que não. O senhor também está a sentir na pele. O senhor teve uma herança pesada. Lembra-se que daquela situação em que o Dinis confundiu aqui o que era herança pesada e pesada herança? O senhor entendeu no meu sentido que aqui quis dizer, o Dinis entendeu mal. O senhor tem uma pesada herança, mas no entanto vivíamos num oásis. Fez-se muita coisa, mas falta pagar. E são muitos milhões de euros que nos falta pagar.

Quanto à legitimidade à aprovação do regulamento. Acho que se já há uma posição da DGAL, que seja. Só espero que os senhores presidentes de câmara que fazem parte dessa assembleia intermunicipal, que não fazem parte das Águas do Planalto, que tenham o bom senso de não se pronunciarem sobre isso. São livres de fazerem o que quiserem, mas esta é a minha opinião e que eu defenderei. Mas há uma coisa muito interessante, é que apesar das perguntas que fiz aqui, as Águas do Planalto limitaram-se a dizer: mandem isso ao Planalto Beirão. Isto é ninguém responde. Vivem na ilegalidade. Nem a ERSAR me respondeu, mas vai ter de responder. Não tem ministro da tutela, mas tem alguém que os tutela. Vão ter de responder, porque é que desde 2009, vivemos sem regulamento de água? A ASAE também não tem nada a ver com isso, também se descartou, mas eu disse para eles que se eu abrir uma casa e não estiver legalizado,



Sessão Ordinária de 30-04-2016

fecham-me a porta e multam-me e às Aguas do Planalto que é uma empresa privada? Qual é a diferença? Não respondem, mas tem de responder. Isto para bem de todos nós, ou alguém aqui está contra esta “guerra” que estamos a desenvolver em prol da baixa do custo da água?

Quanto à delegação de competência na área da educação, vamos ver o que sai dali. Uma coisa pode ter a certeza, se for igual ao outro, eu opor-me-ei. Se for diferente, analisarei. Porque o outro senhor presidente, não me leve a mal, mas era uma simulação. Esta é a minha opinião. Vamos aguardar e ver o que vem aí.

Acerca das moções que aqui evocou o Dinis, sobre a radioterapia e das portagens da A25. Ontem, foi dito na comunidade intermunicipal, numa moção que foi votada por unanimidade, em que o próprio governo já decidiu pela redução de custos das portagens da A24 e A25, que será a partir de junho ou julho. Quanto à radioterapia, acho muito estranho. Apresentei na assembleia intermunicipal, acerca de um ano, uma proposta em que foi reprovada pelo PSD.

Para terminar, senhor presidente fiz alguns requerimentos, uns foram respondidos e outros não. Acerca da AMPB, quero perguntar aquele requerimento que fiz ao Planalto Beirão, sobre as senhas de presença, foi a alguma reunião do conselho executivo? Se sim quando? A resposta não me satisfaz, como eu esperaria. Responderam-me com a data de 31 de março, mas no dia 1 de abril pelo menos um membro do conselho executivo não tinha conhecimento do meu requerimento. O que é muito estranho.

Fiz um requerimento acerca da conta corrente dos advogados. Foi-me entregue, ontem, ao fim de dois meses, uma folha A4 com a conta corrente. Isto não é brincar comigo? Espero que não. Apesar de já ir em onze mil euros e conta corrente tem três meses. Quando peço uma conta corrente, é uma conta corrente. Quero saber se está disposto a dar ou não? Espero que não seja uma falta de respeito, espero que tenha sido um descuido ou ter havido mal interpretação. Não é isto que eu quero. Muito obrigado”

O deputado Sérgio Rodrigues tomou da palavra:



Sessão Ordinária de 30-04-2016

“Antes de fazer a minha intervenção propriamente dita, queria aqui realçar toda a explanação, das atividades desenvolvidas pela câmara ao longo do período desde a última assembleia. E também a projeção das expectativas para futuro que foram apresentadas pelo senhor presidente da câmara.

Joaquim Santos, esta situação da questão na assembleia de Molelos, creio que tem a ver, bastante, com um problema que se chama bom senso. Às vezes parece-me que a lei não é para toda a gente, quando se fazem afirmações. No entender do PS, parece que as maiorias só são boas quando são do PS. Isto parece que é uma coisa a que nos habituámos quando há intervenções. Se queria fazer uma pequena intervenção daquilo que se terá passado na assembleia de freguesia, porque é que só agora, no fim de tantas vezes solicitada, o senhor Luís Figueiredo apresentou a carteira de jornalista? Foi muitas vezes solicitado, enquanto se procurou o bom senso, foi colocado sempre a questão se tinha ou não. Essa é uma das questões que nos deixa a pensar. Quanto à situação dos jornalistas terem apresentado as suas carteiras, é normal. Aqui talvez, nunca se tenha pedido, mas tem de certeza conhecimento que são possuidores das mesmas. O senhor presidente da assembleia pediu-lhe ao senhor Luís Figueiredo a identificação de jornalista e parece que ele disse que não lha dava., que só a dava a uma autoridade. Parece que já não há respeito pelas instituições, não pela pessoa. Acho que estas questões às vezes deveriam ser ponderadas. O que estava aqui em causa era a dualidade em simultâneo de funções. O que estava em causa era o senhor Luís estar na qualidade de jornalista, que tem todo o direito de estar, mas também estar na qualidade de eleito da freguesia de Molelos. São duas funções que nós entendemos que não podem ser desempenhadas em simultâneo. Pela segunda vez, o problema de carteiras e comportamentos fica aqui uma dicotomia, afinal o problema é o desobedecer a uma ordem da GNR. Para além do tipo de linguagem, que eu considero deplorável, que se utiliza depois na informação que se dá. Parece ser uma situação repetida de bom senso e de afrontação aos órgãos e poderes legalmente instituídos.”

Continuou com a intervenção escrita. (anexo 7)

O deputado Jorge Henriques interveio:



Sessão Ordinária de 30-04-2016

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, membros da mesa, senhores membros desta casa,

Senhor deputado Joaquim Santos, ao dirigir-me o termo de correligionário queria significar que era do mesmo partido, necessariamente que sim. Há cerca de trinta anos que sou membro deste partido por convicção.

No período das atividades e após explanação das atividades da câmara, o que esperaria do Partido Socialista e face à quantidade de atividades que foram elencadas, pensei ver e na sequência da minha intervenção, ver porquê o Partido Socialista discorda. O que faria diferente na educação, no desporto, no desenvolvimento económico, na saúde. Isso não vimos.”

O presidente da câmara tomou da palavra, de seguida:

“Nem todos os meus correligionários são meus apoiantes.

Acerca da documentação entregue, pode-se ler: “Requalificação do património edificado na “Aldeia Termal” – 480 000,00€”. 65%, numa primeira fase ou no limite 70% de 400 mil euros são 336 mil euros, investimento público, a minha informação não estava tão desfasada da realidade. Os demais, requalificação do balneário termal e criação de hotel, são investimentos privados. Se o produto do investimento privado é regressar ao domínio público ou não, não sei. Nos demais investimentos privados que ocorreram no âmbito de cedência do direito de superfície, ao fim de um determinado espaço temporal, regressam à esfera da entidade proprietária. Investimento privado é investimento privado ainda que no modelo funcional da Tondelviva tivesse de ser o ente público a entrar com o dinheiro.

Segunda questão importante, é o deputado António Dinis reconhecer de que não havia enquadramento para a construção de um balneário novo. Terceira questão que é importante reconhecermos, se vamos considerar que investimento privado é igual a investimento público, temos de perguntar o que está em causa.



O deputado Joaquim Santos trouxe novamente o tema de “heranças”. Nunca me viram cá comentar sobre heranças pesadas ou pesadas herança.

A conta corrente, no requerimento feito não se reporta a nenhum período específico, donde os serviços contabilísticos entenderam que se reportava ao ano vigente. Se pedir desde uma determinada data, são dadas instruções para fornecimento de todos os dados.

À pergunta feita da resposta da suposta devolução de senhas de presença, se foi a conselho executivo. Não, os serviços da associação de municípios tem disponibilidade de informação para prestar todas as informações, sendo que não sei de são devoluções de senhas de presença ou de outras receitas que não presença.

Os partidos que apoiam o atual governo têm de dizer em concreto se querem ou não reverter a reforma administrativa. Porque não pode um dia o ministro-adjunto dizer que nas próximas eleições de 2017, vai haver a reversão das freguesias e no dia seguinte estar a dizer admitir no parlamento que revisão da reforma das freguesias após 2017. Digo isto, porque me causou alguma estranheza uma fotografia que agora me enviaram, onde vejo os senhores deputados Borges, José Rui e o senhor Joaquim Santos acompanhando um determinado Movimento Cívico de Tourigo em que o título diz: “A agregação da freguesia de Tourigo à Freguesia de Barreiro de Besteiros não veio trazer uma mais-valia para o seu desenvolvimento nem para as populações, antes pelo contrário, deterioração dos seus equipamentos, piores serviços de proximidade e abandono total de qualquer investimento em infraestruturas. É por não se conformarem com uma lei que consideram “injusta e antidemocrática” que os representantes do Movimento Cívico do Tourigo e Pousadas estiveram na Assembleia da República. Acompanhados de Joaquim Santos, presidente da concelhia do PS de Tondela, o Movimento foi recebidos pelos deputados do PS, António Borges, José Rui Cruz e Renato Sampaio. Refira-se que a extinção e agregação de mais de mil freguesias pelo anterior Governo impôs ao concelho de Tondela a criação de seis uniões “contra a vontade dos órgãos democraticamente eleitos e as suas populações. É todo esse processo que começa a ser agora avaliado com total abertura dos deputados socialistas para os problemas que o tratamento “a régua e esquadro” do



território nacional originou.” Ora, julgo que se obriga, perante isto que acabei de dizer que não podemos ficar no campo do vazio. Há que assumir claramente as opções políticas e existindo uma maioria que tem toda a legitimidade para reverter o que quiser reverter, tem de se pronunciar e não empurrar para o futuro decisões para que daqui um ano levantem bandeiras que são inconsequentes. Não é minha função interpelar os deputados, mas é minha função analisar politicamente o desenvolvimento territorial. Muito obrigado.”

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra:

“Bom dia.

É curioso ouvir passar se é responsabilidade pública ou privada. Se a Tondelviva é entidade privada exclusivamente, mas com capitais públicos. Se é necessário a entidade pública injetar dinheiro nesses privados. Afinal, depois, é a tal confusão que foi criado com estas coisas. Aí sim, as geringonças das Parcerias Público Privadas. Tantas Parcerias Público Privadas que nem são públicas, nem são privadas. Para uma coisa que interessa, tornam-se públicas. Na outra parte, tornam-se privadas. Acho curioso que posições de alguém que tanto defendeu, na altura, as Parcerias Público Privadas, que depois venha aqui dizer, mas é privado, não, mas é publico. Esclareçam bem estas coisas, se é pública se é privado. O que a gente sabe é que serão os munícipes que acabam por pagar sempre as faturas das Parcerias Público Privadas, com lucros e benefícios para os privados. Enquanto deveria ser o lucro e o benefício para o munícipe, por exemplo.

Em relação à questão da divisão a regra e esquadro, sempre foi nossa defesa que esta divisão administrativa que foi feita, não eramos favorável e continuamos a não ser.

Em relação à municipalização por parte das escolas, aquilo que defendemos sempre foi um amplo debate pela municipalização. Eramos contra alguns princípios que estariam presentes. Estamos para ver e esperamos que haja debate nesta nova proposta, para depois, decidirmos em função daquilo que seja o debate amplo do assunto.”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:



Sessão Ordinária de 30-04-2016

“Aproveito para responder ao senhor presidente da Comissão Política do PSD, porque é que só agora o Luís apresentou. Só apresentou agora, com certeza, porque nas primeiras vezes que fez aquilo estava convencido que as pessoas estavam de boa-fé e conheciam a lei e nessa altura não tinha os documentos comprovativos de que era jornalista, se não tivesse direito a eles não os tinha agora. Mas o que é também muito estranho é que na reunião de sábado não lhos pediram e não os pediram aos senhores jornalistas presentes, só os pediram na quarta-feira. Há uma coisa muito interessante é a “nós entendemos que...”. “Nós” as maiorias entendem que..”, é assim o vosso pensamento. Por vocês entenderem é aquilo que os senhores pensam que tem de ser. Mas não é. O que os senhores entenderem, fiquem com isso para vocês, mas procurem saber primeiro realmente a verdade.

Respondendo ao senhor presidente, obviamente que também recebi o que foi postado na minha página. Tenho de pedir-lhe amizade no Facebook, atendendo que também é fã das redes sociais, assim escusa de andar por intermédio de terceiros. Mas recebi aquilo, comentei logo com a Marta que iria aqui ser falado. São assuntos que não me incomodam que sejam públicos, senão tinha de ter cuidado com isso. Mas quero dizer-lhe o seguinte: primeiro, respondendo a uma afirmação que aqui fez, este governo nunca falou em reversão da reforma administrativa total. Segundo, foi feita uma avaliação para alguns casos concretos e nunca haverá, digo eu, uma reversão total. Sei que o PCP defende uma reversão total. Se me perguntarem se defendo uma reversão total, por exemplo, das freguesias na cidade de Viseu, que agora se chama freguesia de Viseu, em resultando da união de três freguesias, não tenho nada contra. Como sabem a própria sede de duas delas era no mesmo edifício. O que sempre estivemos contra e sempre nos debatemos por isso até às últimas consequências foi com a reforma que foi feita “atabalhoadá”. Fui, porque fui convidado e é essa a minha obrigação política. Fui abordado várias vezes por um grupo de Tourigo, que até já se manifestaram por diversas vezes, aqui, e ninguém os ouviu. O senhor deveria ouvi-los, porque comprometeu-se e assinou por baixo, num cumprimento de um contrato, que o senhor sabe que não aconteceu. Eles pediram-me ajuda. Não me quero intrometer em nenhuma freguesia. Fui acompanhá-los, porque quiseram falar com o grupo do Partido Socialista. Também posso



Sessão Ordinária de 30-04-2016

dizer que fui a Lisboa, exclusivamente por minha despesa, não foi pelo Partido Socialista. Não fiz mais do que a minha obrigação e farei isso noutras circunstâncias em prol de algum movimento, porque também é para isso que cá estou e assumi essas funções enquanto presidente da Comissão Política. Muito obrigado.”

2.2 Análise discussão e votação Conta de Gerência de 2015

O presidente da câmara explicou:

“Julgo que todos tiveram a oportunidade de analisar os documentos, oportunamente enviados, em particular o relatório de gestão de prestação de contas, bem como ontem um pouco fora de horas, foi enviado a certificação do revisor oficial de contas. Julgo ser relevante que o enquadramento da prestação de contas se fundamente também com razões políticas. Julgo não ser desconhecimento para ninguém que alguns desvios verificados no domínio da receita, se devem em grande parte a atrasos do desenvolvimento do "Portugal 2020". Por outro lado, não deixo de dizer que temos alguns investimentos apoiados em sede de overbooking e ainda não se concretizaram do ponto de vista financeiro.

Em síntese, alguns indicadores merecem relevância, desde logo o grau de execução da despesa que atingiu 87%. Na receita verifica-se um desvio de 1,8 milhões face ao inicialmente previsto e que tem muito a ver com o atraso já referido e ainda não receita de alguns investimentos do domínio de overbooking. Quero chamar especial atenção, para um dos dados mais relevantes desta gestão, que se prende com o princípio do equilíbrio orçamental, que tem por base não se poder ter despesa corrente superior à receita corrente. Ora, o exercício em causa, demonstra que no ano de 2015, o município teve dezassete milhões oitocentos e cinquenta e um mil euros de receita corrente e conseguiu reduzir a sua despesa corrente para treze milhões duzentos e treze mil euros, pelo que tem um saldo orçamental de quatro milhões seiscentos e trinta e oito mil euros. Um saldo orçamental em receita corrente é dinheiro que fica disponível para investimento. Se olharmos para o quadriénio 2012/2013/2014 e 2015, o saldo corrente



tem vindo sucessivamente positivo, o que demonstra a boa gestão, procurando captar mais investimento através de saldos orçamentais em termos de receitas correntes.

Julgo também mais importante a nossa redução de endividamento a terceiros. Neste exercício comparativamente a período homólogo, reduziu-se a dívida a terceiros em dois milhões cento e noventa e sete mil euros. Como ainda considero relevante o facto de em amortizações no decurso deste período, amortizaram-se aos empréstimos existentes novecentos e trinta e três mil euros. Hoje estamos com uma dívida formal de cerca de um milhão e novecentos mil euros. Como já o disse várias vezes, não está aqui refletido o serviço de dívida da Tondelviva, que hoje representará cerca de dezasseis milhões de euros, que são vertidos anualmente pelo serviço de rendas. A nossa capacidade de endividamento, centra-se nos cinco milhões seiscentos e noventa e sete mil euros.

Do ponto de vista de classificação orçamental quero esclarecer que classificámos a receita proveniente da EDP e das Eólicas, agora, nos rendimentos de propriedade, o que aumentou comparativamente a 2014. Tal como as receitas resultantes das tarifas de saneamento e RSU deixaram de ser transferências correntes e passaram para vendas de bens e serviços correntes, porque resultam de um serviço. Muito obrigado”

O deputado António Dinis interveio:

“Já agora, senhor presidente qual é o prazo para resposta aos requerimentos? Trinta dias? Só para assinalar que passaram sessenta dias. Qualquer indivíduo sabe que está em transgressão. Trazia as contas, que batem certo.

Perguntei quais eram os resultados económicos do ano anterior das Termas e o senhor presidente não me disse. Agora seria fácil, porque tem aqui o relatório da conta de gerência do ano anterior. A este propósito, digo já que nos iremos abster quanto à votação. Não tive oportunidade, nem capacidade para o analisar, tanto mais como fui agora informado de que foi enviado o parecer. Não tive oportunidade, como é lógico, atendendo que ontem estive na assembleia intermunicipal. Tal como iremos nos abster no ponto seguinte, porque exige alguma leitura mais cuidada, porque é um documento extenso que não se lê em pouco tempo.



É importante, que se clarifique as Parcerias Públicas Privadas. Como disse o deputado Veiga, umas vezes dá jeito para alguns investimentos. Nas termas poder-se-ia ter feito o mesmo. Foi uma decisão política, que fique aqui bem claro. Em relação aos valores, o senhor presidente gosta de fazer malabarismos, não era 65%, era 70%, mas até digo mais chegou a uma fase que era 80% de financiamento, não é verdade? Esta aqui nunca chegou a ser. Quando falei em investimento com financiamento comunitário, não especificuei que eram para estes.

Respondendo ao Quim, da pesada herança, que fico incomodado quando vens com essa conversa, porque estive lá dois mandatos, tive muito orgulho no que fizemos, venho defender esse património que deixámos no concelho, com coisas bem-feitas e outras menos bem-feitas. Enquanto membro que fui daquele executivo, tenho de vir aqui defender. Fizemos em vários domínios intervenções importantes no nosso concelho, que já aqui foram reconhecidas pelo PSD. “

O deputado Sérgio Rodrigues tomou da palavra. (anexo 8)

O deputado Joaquim Santos continuou:

“Senhor presidente, senhores membros da assembleia municipal.

Só quero dizer ao Dinis que com todo o respeito, quando me referi ao executivo anterior é ao executivo anterior, independentemente de lá estares ou não. Não há nenhuma amizade ou respeito que impeça críticas. Vivíamos no oásis, que afinal não eram oásis. Ouvimos várias vezes, não vindo de ti, mas ouvimos: “Apesar da crise, mas nós estamos bem...”

Senhor presidente da câmara municipal, não concordo quando o senhor diz que recebemos e tivemos tempo para analisar o documento. Se a assembleia municipal tivesse sido ontem, não tínhamos recebido os documentos no tempo que é legal. Obviamente que também tem a ver com os prazos, ninguém vai exigir que seja cumprido todos os prazos, mas tem de haver razoabilidade de ambas as partes. Não posso analisar, tal como recebi na minha caixa de correio eletrónico quase mil páginas, em dois dias. Tenho a minha vida, não sou profissional da política. Sinceramente, não sei o que diga deste documento



que nos apresenta, porque não o li, não tive tempo para o ler. Gostaria de ter tido tempo para pelo menos para ter feito uma leitura rápida para tomar uma decisão consciente. Mais, se perguntasse às pessoas que aqui estão quem é que leu o documento, gostaria de ver qual era o resultado. Não se preocupem que não vou perguntar. A minha decisão não se pode resumir à explicação que deu. Quando o senhor fala que os serviços da dívida diminuiram, acredito bem que agora vá aumentar novamente, embora não faça parte dos municípios, mas temos de falar com transparência para as pessoas, então os dezasseis milhões que aqui faltam? A culpa com certeza não é só sua. Não sei quem é. É do executivo anterior. O município nunca vai à falência, vai ter que pagar os seus compromissos, quer estejam efetivamente imputados nas contas ou “mascarados” numa entidade exterior, que neste caso se chama Tondelviva. O endividamento neste momento do município não anda muito longe dos trinta milhões de euros, que por acaso é um valor que é com certeza mais ou menos o orçamento anual do município. Esta é a realidade.

Senhor presidente não espero de si nenhuma resposta. Só vim aqui tomar esta posição. Os membros do Partido Socialista vão fazer aquilo que quiserem. Eu abster-me-ei. Apesar de ontem ter rececionado o relatório do ROC, não o li. As contas podem estar muito certas, mas em consciência não posso tomar uma decisão. Muito obrigado”

O presidente da câmara interveio:

“Para não haver dúvidas, a Lei 75/2013 é clara, a convocatória para a assembleia municipal faz-se com oito de dias de antecedência, a agenda determina os pontos que integram essa reunião e até quarenta e oito horas antes da reunião são remetidos os documentos de suporte, para análise. Todos os documentos de suporte foram remetidos com mais de quarenta e oito horas, exceto a certificação de contas. Quando não tenho tempo para ler uma obra toda, procuro interpretar e sintetizar, às vezes no índice, às vezes olho para as conclusões. E é isso que nos aconselha a especialidade da gestão do tempo. Também é bom precisar que à luz da atual lei, quem tem de promover a realização da prestação de contas é o presidente do órgão executivo. Quem tem de aprovar é o órgão executivo. Quem tem de apreciar a prestação de contas é o órgão deliberativo. A apreciação é naturalmente política não é técnica. Por isso eu e os demais membros do



órgão executivo assinámos um termo da sua responsabilidade, porque a lei assim obriga da demonstração que os documentos de suporte estão devidamente instruídos. Os indicadores que vos aqui trouxe não foram por mero acaso, são indicadores na minha ótica, que espelham a boa ou má gestão financeira. A capacidade ou não de tomar decisões.

Ninguém nomeou o deputado Dinis para ser defensor de uma dama ou muito menos de um convento. Se alguém tem responsabilidade em toda a minha vida pública, em funções públicas, nos executivos onde participei, nunca estarei a fugir às minhas responsabilidades. Não preciso que outros “vistam a capa” da defesa daquilo para que não foram nomeados. Cada um em seu lugar, sem prejuízo de cada um ter a sua opinião e convicções.

Quando quis trazer os dados que aqui trouxe, as folhas que distribuí, foi para que de uma vez por todas não se fale de interpretações diferentes daquilo que os números têm. Bem sei, que haverá quem em algum tom mais populista, dirá, que se deixou de investir um milhão de euros. A decisão mais simples é aprovar aqui um empréstimo de um milhão de euros e está o problema resolvido. Que diferença faz, eu investir num plano temporal, em que independentemente de ser público ou privado e quando for preciso discutir, vimos isso. O que é um facto é que quem paga é a entidade pública. Acho que na altura, os constrangimentos, as dificuldades, as incertezas tomaram como bem tomadas a decisão feita. Registo que hoje o então vereador tenha uma opinião diferente. Lamento que não tenha tido força política para fazer vingar essa opinião. Estou preparado para a demagogia, mas estarei preparado para explicar às pessoas.

Este ponto merece a apreciação política das contas pela assembleia. É uma prestação de contas que evidência sinais e opções estratégicas, que estão aqui refletidas. Sinto-me confortável com os documentos que aqui trouxemos, com os resultados que trazemos e acima de tudo com a solidez das nossas prestações. Não deixo de dizer que não é verdadeira a informação de que o encargo do município nos anos futuros é de trinta milhões de euros. Numa consulta rápida ao relatório da conta de gerência, diz quais são



os encargos para anos futuros, no mapa auxiliar de compromissos plurianuais à data de 31 de dezembro de 2015. Muito obrigado”

O deputado Joaquim Santos voltou ao debate:

“Senhor presidente não coloquei em causa, e já disse que nunca contestarei aqui a não ser que por motivo extremo, a questão do cumprimento dos prazos. Também disse há pouco em relação à resposta dos requerimentos, aos quais tinha trinta dias para responder e fê-lo ao fim de dois meses. Efetivamente, mandou antes das quarenta e oito horas. Mas se a assembleia tivesse sido como é normal ontem, não sei se teria enviado. Estou a chamar atenção, no sentido crítico positivo. Não tive tempo para ver, por isso abstenho-me. Não é bem verdade o que o senhor disse acerca da legalidade de ter que vir à assembleia municipal. A questão do inventário é que não tem de ser votado pela assembleia, como bem na convocatória. O que disse acerca da dívida imputada ou não, é um parentese. A minha abstenção não é uma decisão política é uma decisão pessoal. A culpa de não ter tido tempo para ler, não é de ninguém, porque em situações extremas como foi o caso da discussão do PDM em que recebi na noite anterior à assembleia municipal e disse aqui que não votava esse documento. Na altura o senhor presidente de então dizia que havia muita urgência, porque havia construtores com processos pendentes. Na altura da votação, saí da sala e ficou em ata, a dizer que não podia votar em consciência um documento com cerca de 600 páginas, porque o tinha recebido na noite anterior. Mais claro do que isto não posso ser. Muito obrigado.”

De seguida, o deputado António Dinis interveio:

“Em relação a este ponto, expliquei qual a razão da minha abstenção, não tive tempo para ler a documentação. Tanto mais se forem ver em anos anteriores, votamos favoravelmente a conta de gerência. Gosto de ler os documentos, mas não tive condições para o fazer. Não é nenhuma decisão política. Não vale a pena fazer esse jogo, porque não resulta. Fui sincero. Não vi o parecer do ROC, porque não fui ao email. Foi reconhecido que não foi cumprida a formalidade do envio deste relatório e não vim aqui levantar essa questão. Estou a ser honesto, mas parece que isso incomoda.



Vou pedir ao senhor presidente da assembleia a possibilidade de ouvir as gravações. Foi o próprio presidente que disse: “olhe acerte ali a questão com o Joaquim Santos, por causa da interpretação da pesada herança.”. Foi por isso que eu falei. Foi você que disse. Não estou aqui mandatado por ninguém. Já o disse, claro que me sinto incomodado, mas foi o próprio José António que disse. Evidentemente isso é para me provocar. Venho aqui as vezes que forem necessárias, sem nenhum problema, porque isto nem sempre vem do PS, também vem do PSD.

Em relação à questão da demagogia. Não faço esse tipo de demagogia, José António. “Não tive força política”. Então por exemplo, em relação ao regulamento de água e saneamento deveria ter sido aprovado em 2009, bastaria recordar quem era o vereador do pelouro ou não tivesse força política para aprovar. Acho que era o José António que tinha esse pelouro. Tem essa responsabilidade formal e política e se calhar não teve força para o aprovar. Depois faz esta demagogia ainda mais esquisita. Lembra-se que houve uma altura que fiquei chateado, quando veio dizer que a culpa era o CDS, que deveria pedir desculpas por causa do regulamento, quando dissemos, com legitimidade, as questões que deveriam ser acauteladas. Como se com três elementos do CDS tivéssemos força para impedir o que fosse nesta assembleia, mas fizeste essa demagogia. A minha primeira intervenção foi serena, vim de forma tranquilizadora, mas depois eram desnecessários estes comentários, porque ninguém ganha com isso. A verdade vem ao cima. Tinha-me equivocado, pensava que era um milhão de euros que estava aprovado, que eventualmente aprovado para se gastar no balneário termal de Sangemil, mas afinal era um milhão e quatrocentos e oitenta mil euros. Já expliquei em relação ao hotel, mas se quiseres ir por aí, podemos ir. Isso é a tua demagogia, porque juntas tudo. Falaste que tinhas um milhão para a requalificação do balneário de Sangemil. Essa decisão é uma decisão política. Dizes-me que não tive essa força, porque não tive esse pelouro, era do Pedro. Sempre defendi que deveríamos continuar. Não insistir na questão do novo balneário. O Pedro sabe disso. Sempre disse que sendo possível que não autorizassem a aproveitar o que se tinha. Verdade ou mentira? Sei o que disse. Não era o meu pelouro, já tiveste o descaramento de dizer, aqui, “quando tiveste o pelouro, poderias



ter feito”. Não era. O pelouro era do Pedro. Não gosto destas situações, mas tenho de clarificar.”

O deputado Arménio Marques continuou:

“Bom dia, senhores presidentes, excelentíssimos colegas, comunicação social.

Venho cá, porque tenho pouco tempo para falar. Os senhores tem muito tempo. Já aqui ouvimos coisas bonitas e feias. “Tempo do Oásis”, tenho que dar os parabéns ao Quim Santos, pintaste, hoje, isso bem. Vivemos no mandato anterior no tempo do oásis. Isso era dito por outra pessoa, não pelo Quim Santos. Aquela aprendizagem que vem do mandato anterior para o oásis, vem do oásis do socristas. Os socristas é que tinham o tempo do oásis. Os presidentes das câmaras aprenderam com ele. Levaram-nos às desgraças em que estamos hoje. Com orgulho digo e cada vez mais forte, que me orgulho do tempo que passei na câmara. Claro que sou autarca do tempo dos cêntimos. O que vos faz falar muito é o tempo dos milhões. Têm muitos milhões para discutir. O meu concelho também tem o orgulho de dizer que Tondela não tem problemas. Tondela andou para a frente. Não que façamos tudo bem ou tudo mal, porque nestas coisas há sempre falhas. Respondendo ao Dinis, se calhar foi bom não fazer o hotel, senão agora não tinha ninguém. Dizer ao Dinis, e também ao Quim Santos, poupem os vossos colegas da assembleia por uma razão, as coisas que vieste discutir com o presidente da câmara, se fosse eu que mandasse em tudo não autorizava, isso é guerra pessoal vossa do tal tempo do oásis. Essas coisas pessoais devem-se tratar dentro da câmara, agora aqui? A assembleia municipal tem alguma coisa em saber os vossos êxitos e desaires? Desculpa lá, mas abstém-te disso, porque apresentam umas contas e nas respostas vêm outras, as verdadeiras.

Quanto ao ponto que vamos votar, há questões técnicas, como o senhor presidente disse e questões políticas. Para mim isto é político, não necessito de nada mais para votar a favor. Não sou revisor de contas. O que contou, para mim, foi o que ouvi. Novecentos mil de abatimento de dívida, menos quatro milhões de despesas. Para mim, isso chega. Vá gerindo assim, que assim está bem.



Quanto ao nosso colega deputado, tenho de lhe dar os parabéns. Públicas ou privadas é tudo uma aldrabice, mas não foi só em Tondela, foi a nível nacional. Disse sempre que não admito a autarcas que venham para as câmaras municipais considerarem que as câmaras são deles. Nunca fiz isso e estive lá quatro mandatos. A autarquia é de todos os munícipes. Porque é que se gasta hoje aquilo que os nossos jovens hão-de pagar?

Tondela está de parabéns com os pequenos defeitos, mas tem mais virtudes. Não vemos concelho com a dinâmica do nosso. Tondela pode ter orgulho na prestação dos autarcas desde o 25 de abril até ao momento, com coisas boas e más, uma delas a Tondelviva. No dia da aprovação da Tondelviva, estava ali e não votei.

Vou votar a favor, porque economizou na despesa. Muito obrigado. “

Não havendo, mais intervenções foi colocada a conta de gerência de 2015 à votação, tendo sido por maioria com as abstenções dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, António Dinis, Catarina Homem, Jorge Batista, Marta Marques e Manuel Veiga. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Abílio dos Santos, António Almeida Dias, António Pereira, Diamantino Costa, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Viegas, Carlos Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, António Sérgio Almeida.

A deputada Catarina Homem, por motivos pessoais, ausentou-se da assembleia.

2.3. Análise discussão e votação da 2ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e dezasseis

O presidente da câmara explicitou:

“Esta revisão orçamental resulta em grande parte da acomodação do saldo de gerência, no valor de cerca de dois milhões e cem mil euros e da incorporação do montante de empréstimo, 4,5 milhões. Grande parte do empréstimo, destina-se a obras



que vão ser candidatas a fundos comunitários, havendo deste modo restituição do mesmo. Temos um reforço no orçamento que ronda os seis milhões cento e cinquenta e seis mil euros.

Os 4,5 milhões foram afetos às obras que tinham sido indicadas para esse empréstimo, ou seja, aquisições de terrenos para alargamento das zonas industriais, parque industriais, áreas de saneamento. Nos demais casos houve acomodação de alguns projetos. Estamos a ter um elevado valor com projetos, nomeadamente para redes de saneamento, e projetos de urbanização industrial. Houve, igualmente, a acomodação de algumas despesas, às quais foram ajustadas os valores. “

O deputado Joaquim Santos questionou o senhor presidente sobre o reforço, na página três da revisão, da verba 0102 07010413, com 2 227 101€.

O senhor presidente da câmara respondeu que se tratava do reforço destinado ao alargamento dos parques industriais de Tondela e do Lagedo.

Não havendo mais intervenções, a 2ª revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do membro Manuel Veiga e os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

O deputado Manuel Veiga tomou da palavra para dizer que não podia votar favoravelmente a revisão, porque o orçamento vinha lesado desde o início relativamente ao empréstimo, para os motivos que tinha sido feito, como tal abstinha-se.



Sessão Ordinária de 30-04-2016

2.4. Análise e discussão do inventário de bens e direitos patrimoniais

O presidente da câmara informou que se tratava dos bens inventariados e registados pelo município. Bem que reconheceu que muitos bens públicos não estavam inventariados. Mais informou, que o município estava a começar com o cadastro na área da rede de infraestruturas de água e saneamento.

Não houve intervenções.

2.5. Análise, discussão e votação de contratos interadministrativos no âmbito do projeto "Saúde em Dia"

O senhor presidente da câmara informou que se tratava de um conjunto de contratos interadministrativos a celebrar com as juntas e uniões de freguesia no âmbito do projeto saúde em dia.

O deputado Joaquim Santos questionou o senhor presidente se havia alguma variação em termos de atribuição de verbas relativamente a anos anteriores.

O senhor presidente da câmara respondeu que haverá alteração de verba, se houver alteração quanto ao número de horas ou de projetos por freguesia, exemplificando o caso da União de Freguesias de São Miguel do Outeiro e Sabugosa comparativamente à Freguesia de Parada de Gonta, que enquanto uma tem três projetos, a outra tem um único projeto, mas que o princípio mantém-se igual.

De seguida, foram os contratos de delegação de competências colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel



Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.6. Análise, discussão e votação da adesão Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2

O presidente da câmara tomou da palavra:

“É uma associação recentemente criada que agrega todos os municípios da Estrada Nacional 2. Como é uma adesão a uma associação de municípios carece da aprovação da assembleia municipal para o município poder aderir. Foram igualmente enviados os estatutos, que de momento não tem nenhuma quotização, porque está dependente dos projetos que venha a desenvolver. O objetivo é tornar esta rota turística pelo valor histórico e patrimonial.”

Não houve intervenções.

Foi colocado à votação, tendo sido aprovada, a adesão à Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.7. Análise, discussão e votação Regulamento Municipal para Concessão de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior

O presidente da câmara informou:



“Este documento foi objeto de apreciação em reunião do executivo. Foram ouvidos e recolhidos contributos pelo Conselho Municipal da Juventude e pelo Conselho Municipal de Educação. Foi sujeito a discussão pública. Julgo estar suficiente maduro do ponto de vista da contribuição dos órgãos próprios. O objetivo é estimular e reforçar o apoio a jovens de mérito que tenham menos recursos financeiros. Não é nenhum apoio suplementar ou que possa concorrer com bolsas de estudo universitário. É sim um reforço, que está bem tipificado, dos instrumentos de habilitação, da verificação para quem tem mérito e que queira progredir, sermos solidários e promover essa igualdade de oportunidades.”

O deputado António Dinis interveio:

“Quero felicitar o município pela iniciativa e deixar apenas um apelo aos senhores presidentes das freguesias para divulgarem e acompanhar este processo. Acho que este instrumento é um instrumento positivo, atendendo às dificuldades de algumas famílias.”

O regulamento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.8 Análise, discussão e votação Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária do Município de Tondela

O presidente da câmara tomou da palavra:



“Não querendo fazer fusão de pontos, nem tendo essa legitimidade, mas as justificações deste ponto e do seguinte são muito análogas. O regulamento da atividade de comércio a retalho pretende-se com a feira semanal e venda ambulante. O segundo regulamento tem a ver com o mercado municipal. Houve nos dois casos discussão pública por trinta dias, com recolha de contributos. No primeiro caso teve contributos da associação de feirantes, que foram acolhidos no quadro legal aqueles que eram de acolher. Outros foram rejeitados, porque entendemos que a feira semanal deve contribuir com a dinamização económica local. Sabemos bem, que os comerciantes locais desejam que quando é feriado à segunda-feira, a feira ocorra ao sábado, mas este não era o desejo da associação, pelo que rejeitamos essa proposta. Este regulamento indica que o espaço do terrado é uma concessão limitada no tempo.”

Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.9. Análise, discussão e votação Regulamento do Mercado Municipal de Tondela

Não houve intervenções.

O regulamento foi, de seguida, colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António



Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.10. Análise, discussão e votação Minuta de contrato consórcio do PROVERE "Valorização das Estâncias Termas da Região Centro" - 2ª fase

O presidente da câmara interveio:

“Já tive oportunidade de dizer na assembleia municipal de fevereiro, a desilusão com o quadro do atual PROVERE, que tem uma dotação de dez milhões de euros para toda a região centro. Em princípio, irá desenvolver, via convite, a possibilidade de existirem cinco PROVERE's. No caso concreto do PROVERE das termas, são cerca de dezoitos municípios que na região centro têm termalismo, para além das entidades privadas. Quer dizer que estamos a falar de cerca de vinte e quatro entidades. Dá para perceber que caberá pouco mais de oitenta mil euros a cada projeto. Nesta fase, não haverá dinheiro neste PROVERE, para intervenções físicas em espaço de valorização económico.”

O deputado António Dinis tomou da palavra:

“Venho aqui, para dar a nossa concordância. Felicitar o município por aderir a este consórcio, independentemente do montante. Tudo o que poderemos trazer para o nosso território é positivo. Acho que não devemos ficar de fora. Mesmo que seja cerca de cem mil euros, não devemos desperdiçar verbas. Tudo o que seja trazer riqueza para o nosso território, quer seja nas termas ou noutros pontos do território, acho que devemos aproveitar. Da mesma forma critiquei à pouco, o facto de não termos aproveitado, agora tenho a obrigação de vir aqui manifestar esse apoio a esta candidatura.”



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.11. Análise, discussão e votação Anulação do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha

O presidente da assembleia comunicou que a explicitação dos pontos 2.11 a 2.17 seria em conjunto por se tratarem de documentos semelhantes, pelo que o presidente da câmara interveio:

“Todos os documentos retratam o objetivo em concreto. A justificação da anulação do contrato de interadministrativo de delegação de competências com a União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha prende-se com a impossibilidade da junta de freguesia conseguir materializar a escritura que permite a execução desta obra. De seguida faremos outro. O aditamento com a União de Freguesias de Tondela e Nandufe tem a ver com o contrato interadministrativo, na medida em que haveria uma correção de valores e equipamento. No caso da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares trata-se dos acessos a Souto Bom. Em São João do Monte e Mosteirinho, além da requalificação do edifício de apoio e margem de proteção da Praia do Paraíso é também para apoio ao revestimento em betão de valetas. Com a freguesia de Tonda pretende-se com a requalificação do largo de São Domingos na povoação do Covelo e com a reabilitação e recuo de um muro junto à IPSS. Com a união de freguesias da Serra do Caramulo é o protocolo anual. Nos dois últimos exercícios financeiros não fizemos este protocolo,



porque em grande parte estávamos com a intervenção na reabilitação das áreas ardidas. Em reunião com a união de freguesias entendemos alargar de novo este apoio principalmente para que possam intervir na manutenção, abertura e requalificação de caminhos florestais que contribuam para a boa prevenção e acessos á área florestal.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“Senhor presidente. Li muito rapidamente por todos os contratos interadministrativos. Estou solidário com as necessidades de todas as juntas de freguesias. Irei votar a favor de todos, mas no futuro irei ver se realmente todos se enquadram ou se ultrapassam o que está escrito nos contratos interadministrativos de delegação de competências anuais. Só farei isso no sentido de tentar encontrar uma justa distribuição dos benefícios por todas as juntas de freguesias. Há pelo menos dois ou três deles, parece-me em que se repetem as competências que a câmara municipal transfere para a junta de freguesia. Mas vou analisar melhor. Votarei a favor, mas com esta ressalva. Muito obrigado.”

O presidente da câmara respondeu:

“Nunca vamos encontrar uma distribuição igual.

A questão que se coloca é outra: há sobreposição de contratos interadministrativos para limpeza de verbas, valeta, manutenção de parque escolar, intervenção em fontenários, com estes que aqui estão? O contrato com a União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha é para requalificação em cemitério e para requalificação do elemento arquitetónico do fontenário. Com Tondela e Nandufe é retificar o contrato interadministrativo da freguesia. Com Caparrosa e Silvares é para execução de acessos e muros. São João do Monte e Mosteirinho são valetas revestidas e requalificação do edifício da praia fluvial e isso não está no contrato de delegação de competências. Com Tonda é requalificação de um Largo. Com a união de freguesias da Serra do Caramulo é no domínio da proteção florestal.”

De seguida, foi colocado à votação, sendo aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio



Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.12. Análise, discussão e votação Aditamento ao acordo de execução celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Tondela e Nandufe

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.13. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Mouraz e Vila Nova da Rainha

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano



Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.14. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Caparrosa e Silves

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.15. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de São João do Monte e Mosteirinho

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.



2.16. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Freguesia de Tonda

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

2.17. Análise, discussão e votação do contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Associação de Freguesias da Serra do Caramulo

Colocado à votação, foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Joaquim Santos, Carlos Viegas, Arménio Marques, António Dinis, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Jorge Batista, Abílio Santos, António Almeida Dias, Marta Coimbra, António Pereira, Diamantino Costa, Manuel Veiga, Jorge Marques, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, José Hélder Alves, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Jorge Soares, José Manuel Mendes e António Sérgio Almeida.

Foi de seguida, foi interrompida a sessão para almoço.



2.18. Análise, discussão e votação do contrato de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o Município de Tondela e o Clube Desportivo de Tondela

Os trabalhos retomaram às catorze horas.

Por motivos pessoais e profissionais os deputados: João Carlos Figueiredo, José Hélder Alves e Jorge Soares não estiveram presentes.

O presidente da câmara tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia, restantes membros da assembleia.

Diria de foram sintética, que a essência desta discussão ocorreu anteriormente. Esta assembleia já tomou, há cerca de um ano, uma decisão enquadrada em vários argumentos. Em primeiro lugar, por se reconhecer que não suscitam dúvidas quanto à existência da habilitação legal para atribuir apoios financeiros para obras de beneficiação de uma infraestrutura desportiva, nomeadamente atendendo à Lei 5/2007 de 16 de janeiro. Tal enquadramento recomenda e justifica a existência de um contrato programa de desenvolvimento desportivo. É precisamente esse instrumento que trazemos a esta assembleia, no sentido de reforçar estruturalmente e de forma mensurável as contrapartidas de interesse público e de interesse municipal, assentes num direito de superfície por um período de vinte e cinco anos. Nesta perspetiva, este contrato de desenvolvimento desportivo, reconhecendo que o direito de superfície se mantém por esse período de vigência, elenca de forma pormenorizada as contrapartidas de interesse público e de interesse municipal. Neste quadro, coloca a possibilidade de através de uma cessão de posição contratual, a entidade Clube Desportivo de Tondela ser o dono da obra e a entidade município de Tondela poder apoiar esse investimento. Muito obrigado.”

De seguida, o deputado António Dinis tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia,

Esta discussão é importante no sentido de que decorre de um conjunto de diligências e de atos que foram aprovados, no qual o CDS/PP votou favoravelmente, entendemos que esta decisão era importante na promoção do nosso território, no reforço dos feitos conseguidos pelo Clube Desportivo de Tondela, pese embora, na altura deixámos um conjunto de preocupações que deveriam merecer alguma atenção por parte do executivo. Algumas delas não foram verificadas, mas que em qualquer das formas fomos solidários. A questão que se coloca agora aqui e, depois de ler os acórdãos do



Tribunal de Contas, as questões são mais problemáticas e devem merecer de todos uma reflexão mais cuidada.

Recebi o contrato de desenvolvimento desportivo e tenho muitas dúvidas. Se é ou não possível fazer contratos de desenvolvimento desportivo com clubes profissionais. Esta foi sempre uma problemática que nos impediu de fazer protocolos com os escalões profissionais, era só com os de formação. Acho que há alguns considerandos que devem merecer a nossa atenção, em particular o facto de algumas das coisas que no meu entender não estão aqui devidamente acauteladas.

Tenho de me fundamentar melhor de algumas coisas mais complicadas. A minha apreciação é que pode haver questões e, como nos responsabilizamos quando votamos, responsabilizamos individualmente. Tenho muitas dúvidas se estamos a fazer algo que nos comprometa do ponto de vista futuro. Tenho muitas dúvidas sobre os considerandos desta matéria. Irei abster-me neste ponto. Já votei favoravelmente em situações anteriores e noutro contexto. Neste contexto, deixa-me com imensas dúvidas, desde logo as questões de legalidade, mas isto será sujeito novamente a visto do Tribunal de Contas. Deixarei a pergunta: e se vier reprovado? Qual é a alternativa que está pensada para esta situação? A obra em parte está feita. É um problema que temos ali. Solidarizo-me convosco, porque é um problema que temos todos. Não vou contestar isto. Sempre questioneei a dimensão do investimento, visto terem sido feitas obras que não eram necessárias, mas já o tinha dito. Agora, estou um bocado preocupado e nós temos de perceber que somos responsáveis das decisões, quando votamos favoravelmente. Vou abster-me, não com o argumento da responsabilidade, mas alerto os presentes para a responsabilidade daquilo que vamos fazer.”

A deputada Vera Machado continuou. (anexo 9)

O deputado Joaquim Santos tomou da palavra:

“Senhor presidente da assembleia municipal, senhor presidente da câmara, senhores deputados.

Procurei fazer um resumo daquilo que nós sentimos acerca de todo este processo e do contrato que nos foi dado a conhecer.



Se fosse a escrever toda a argumentação acerca disso, certamente umas cem páginas não me chegariam, porque o documento tem cerca de sessenta páginas. Tentei resumir.”

Continuou com a intervenção que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados

e

Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Após uma análise do Contrato de Desenvolvimento Desportivo que aqui se apresenta, perpetuam-se algumas dúvidas que nunca nos foram devidamente esclarecidas – nem a nós, nem ao Tribunal de Contas.

Permitam, no entanto, e antes de avançar, fazer aqui algumas observações e tentar que nos sejam desfeitas algumas dúvidas:

Foi tornada pública, através das redes sociais, um vídeo com a intervenção do actual Presidente do Clube Desportivo de Tondela; não me compete alguma intromissão sobre o que se passa numa assembleia de uma instituição que, repito, nos merece todo o respeito.

No entanto, e dada a sua publicidade, não passam despercebidas algumas afirmações, que poderão ser preocupantes:

Por isso, senhor Presidente da Câmara, permita-me que o questione:

a) É verdade que o obrigaram a pedir a demissão de Presidente da Mesa da Assembleia Geral do CDT? Quem o obrigou?

b) É verdade que foi obrigado, por falsidades e acusações que lhe foram impostas, a seguir esse caminho? Quais foram essas falsidades e de que o acusaram?



c) O senhor Presidente subscreve as palavras do senhor presidente do CDT, que afirmou “ter havido um erro calculado”? Qual foi esse erro que o senhor cometeu ou que alguém (quem?) cometeu?

d) O senhor Presidente subscreve a ideia do senhor Presidente do CDT, de que a obra do Estádio João Cardoso“, e cito, “*se tivesse de ser feita directamente com dinheiro dos contribuintes, que fosse, porque a obra não foge...é do CDT*”?

Ainda nas redes sociais, e em forma de texto, foi ainda publicado algo sobre essa mesma assembleia-geral, endereçando críticas ao PS e a alguns presidentes de junta.

e) Houve, na verdade, alguns presidentes de junta que, em privado, exerceram pressão sobre si, ou sobre o seu executivo, por causa das obras do Estádio?

Quem foram esses presidentes? E quais as suas razões?

Só faltou mesmo, naquela assembleia-geral, dizer-se que foi algum grupo de malfeitores que “pressionou” o Tribunal de Contas para chumbar, não apenas o empréstimo, mas a obra do Estádio!

Repito: não pretendo intrometer-me em questões que me são alheias, mas não me calarei e não permitirei, pelo silêncio, que interesses privados manifestem juízos de valor sobre as posições políticas individuais ou partidárias, sobretudo quando estas se revestem de razões pela defesa dos proveitos dos contribuintes e do interesse público. Sou pela transparência e pela separação de interesses entre a coisa pública e qualquer fantasia privada!

Sem certeza das suas explicações, que desejaria claras e inequívocas, e com a frieza de algumas análises, passemos ao documento em apreciação.

Considerandos:



Sessão Ordinária de 30-04-2016

- *“Em 3 de dezembro de 2004 foi constituído “direito de superfície” a favor da CMT, por um período de 25 anos, renovável por períodos de 5 anos....” que se traduziu numa camuflada “gestão municipal e respetiva utilização do interesse público”.*
- *“Na qualidade de superficiário, ficou legitimado (o Município), a fazer todos e quaisquer melhoramentos....”*
- *“Enquanto superficiário, tem interesse em promover e financiar as obras...”*
- *“O procedimento concursal correu os seus termos e trâmites legais, culminando com a adjudicação da empreitada...”*

Ou seja, a CMT recebeu uma espécie de presente envenenado; primeiro, porque sobrepôs um direito a um outro, já adquirido; os custos de manutenção (a que chamam gestão) são de exclusiva responsabilidade do Município, que se revela como um exemplar benemérito, por ter interesse em fazer obras, ou seja, gastar dinheiro. No entanto, desde 2004 para cá, porque ao caso não interesse regredir mais no tempo, o ÚNICO beneficiário foi ou não foi o CDT!?

Quanto ao procedimento concursal, fica bem claro, para quem duvidava, que **“ser maioria não significa ter razão”!** Todas as deliberações referentes a este processo, quer da Câmara Municipal, quer da Assembleia Municipal, são NULAS! É o TdC que o afirma!

Continuando;

“Até 2040, o Município é titular das faculdades de uso e de fruição do Estádio,designadamente a faculdade de fazer benfeitorias.....ao serviço dos interesses públicos e municipais e da satisfação de necessidades colectivas.”

Ora, perante os enormes “puxões de orelhas” do TdC, tanto no despacho relativo ao empréstimo, como à obra, quer o interesse público, quer o interesse municipal se revelam única e exclusivamente coincidentes com os interesses do CDT, e sobremaneira, pela razão única da participação na 1.ª Liga de futebol Profissional.



Além disso, a ser verdade, colidiria com a vontade dos doadores, ao colocar o equipamento desportivo ao serviço da população (*“o prédio destina-se exclusivamente a estádio de futebol e complexo desportivo do donatário Clube Desportivo de Tondela”*).

Tal como refere o TdC, tratar-se-á, sumariamente, de uma “SIMULAÇÃO”!

Bem, se continuássemos, iríamos deparar-nos com situações absurdas de ilusórias, quando se fala no CDT como *“pessoa colectiva de direito privado e de interesse público”*, omitindo a CDT SPUQ, Lda., como se esta entidade nunca existisse e omitindo a já denunciada, neste mesmo local, impossibilidade de prática desportiva de outrem que não seja a equipa principal do CDT.

Não precisamos de ir mais além. Um Contrato de Desenvolvimento Desportivo não se compadece, em nossa opinião, com a centralização de infraestruturas, num concelho vasto em demasia para que a proximidade de oportunidades se faça desta forma.

Olhemos agora para as cláusulas do contrato:

Entre os contraentes (CMT e CDT) pretende-se efetivar um contrato, válido por 4 anos, em que ao CDT caberá sempre a parte de leão...e quando não cabe, ficamos na dúvida, a avaliar pelo passado mais recente, da inoportunidade que outras entidades terão no usufruto do espaço que nos trouxe até aqui...o relvado principal propriamente dito. Já vimos isto, algures, em outras efemérides protagonizadas pelas CMT!

Então, prevê-se “obrigar” o CDT a *“adjudicar o montante de apoio financeiro prestado pelo município, exclusivamente para o pagamento do valor da empreitada.....”*.

Pois muito bem, haja dinheiro....só que, agora, já não se coloca a questão, diria esfarrapada, do valor do IVA à taxa normal (23%), em vez da taxa reduzida (6%). Recordo que este foi um dos argumentos iniciais deste processo e bem vincado neste local! E era o que faltava se o CDT não utilizasse o dito apoio para determinado fim, que não fosse a liquidação do valor da empreitada. Caso contrário, se o utilizar, por exemplo, na compra de jogadores, que não compete ao CDT, mas à sua SDUQ, teria de devolver o dinheiro...se estivesse com os cofres cheios! Ou, em alternativa, interpor um processo de



Sessão Ordinária de 30-04-2016

insolvência contra o CDT, que pagaria como? Com o espaço que, à partida, regressaria aos proprietários? Sim, é que não podendo haver a alienação do terreno, que garantias tem o Município de encontrar forma de se ressarcir da dívida?

Seria bom que os presentes fizessem uma conta muito simples: 2 milhões ou mais de euros, a somar aos custos inerentes à manutenção, a dividir por 4 anos! Que negócio é este?

Tem contrapartidas, explanadas no Anexo? Sim, tem!

Mas, por alto, e sem ser grande estratégia de custos, e considerando que os encargos anuais, nestas circunstâncias, uns 800 mil euros dão para erguer muitas infraestruturas desportivas, e sem qualquer compromisso com terceiros.

Não acredito nos benefícios desse anexo, e muito menos na verdade que pretendem transmitir em favor daquelas todas entidades, tanto na utilização do Pavilhão, do relvado, do Parque de Estacionamento, dos balneários nem, muito menos, do relvado, para ser palco da Queima do Judas, iniciativa da ACERT.

E resta perguntar – para que serve o Pavilhão Municipal?

Tudo isto quando se corta, cegamente, por exemplo, no apoio ao projeto “Saúde em Dia” que demonstrou e continua a demonstrar benefícios para os seus utentes, para não falar em outros cortes que incomodam as pessoas (iluminação, reparação e manutenção de vias e outras pequenas obras mas que são essenciais para a qualidade de vida das pessoas que vivem no nosso concelho); quando não há dinheiro para investigar a legalidade de um contrato de concessão de água, quando os tondelenses pagam a mais alta taxa de recolha de resíduos sólidos de toda a zona do Planalto Beirão...enfim, um vasto rosário de coisas simples, mas tão importantes para o nosso bem-estar!

Senhor Presidente, senhores membros da assembleia municipal,

A posição do PS foi clara desde o início de todo este processo; dinheiro público para privados, NÃO!

Não foi por nossa culpa que aqui chegamos, embora compreendamos todas as preocupações.

Queremos fazer parte de uma solução, mas não desta solução!



Com diálogo, com abertura e com transparência, chegaremos lá. Queremos ajudar a escrever o caminho.

Senhor Presidente, **aceite este nosso desafio.**”

De seguida, interveio o deputado João Paulo Tavares:

“Boa tarde,

Senhor presidente da assembleia, restantes membros, senhor presidente da câmara.

Começava pelas intervenções anteriores, com a do deputado Dinis. Para quem está do outro lado, o acórdão do Tribunal de Contas foi a melhor coisa que podia ter acontecido. O deputado Dinis fez isso, o deputado Joaquim Santos aproveitou e apresentou as suas posições. Não vou entrar por aí. É a justiça e devemos respeitá-la. Todos sabemos que os municípios apoiam investimentos nos campos de futebol deste país. Aqui, o nosso é o único concelho onde vejo problemas com esta situação. Continuamos a argumentar como se não houvesse interesse público, o que me faz um bocado de confusão. O Clube Desportivo de Tondela, como o nome indica é uma entidade privada com utilidade pública. É evidente que tem obrigações e condicionalismos, de uma outra entidade privada. Aí poderíamos colocar outras questões, que é: o senhor presidente da câmara tem cuidado com os apoios que dá às instituições deste concelho, porque essas são instituições privadas, a maioria das quais sem utilidade pública e, por isso, se os contratos que faz fossem ao Tribunal de Contas não eram vetados.

Gostava de perguntar a esta assembleia, se alguém põe em causa o investimento que está a ser feito, a forma como é feito, poderia ser de forma diferente? Podia? Pergunto é se quem estivesse no lugar da câmara, como é que fazia? Gostava de ouvir o PS sobre isso. Quais são as alternativas que propõe, já que o senhor Joaquim Santos se disponibilizou, e bem, para ajudar a encontrar uma solução. Gostava de saber qual é essa solução? É fácil estar daí e criticar. Alguém tem dúvidas que o investimento que é feito tem interesse público? Alguém tem dúvidas que uma equipa de futebol na primeira divisão traz benefícios diretos e indiretos para o concelho? Alguém tem dúvidas que o comércio, o turismo não beneficiam com isso? Pergunto se é necessário fazer um estudo de mercado para saber quanto é que os restaurantes e as unidades hoteleiras ganham com isso? Isto não é interesse publico? Estamos a esquecer-nos disso? Não há postos de



Sessão Ordinária de 30-04-2016

trabalho criados? Não vamos virar a conversa ao contrário, que é pegar nas afirmações mais ou menos empolgadas do senhor presidente do Clube Desportivo, para inquirar isto. A responsabilidade dos atos do senhor presidente do Clube Desportivo são dele. O que estamos é a discutir a responsabilidade da câmara neste problema. A câmara, e bem, desde o primeiro momento assumiu uma responsabilidade. Entendeu, a meu ver bem, o que tinha de fazer. Vocês o que fariam diferente? Não faziam obras? Pediam para o clube não subir de divisão? Como se isso fosse possível. Não é benéfico? Para quem escreve nas redes sociais, ouve coisas como: “este senhor não é de Tondela?”. De facto é verdade, senhor Joaquim Santos, o senhor tem direito à sua opinião. Em algumas coisas até posso dar-lhe razão, agora o que escreve às vezes dá a liberdade de lhe perguntar se o senhor é de Tondela? Porque às vezes não parece que seja de Tondela. O senhor dá a sua opinião, eu posso concordar ou não, mas tenho de a respeitar, agora tenha lá paciência, ser de Tondela também é ter orgulho em Tondela. Vai a qualquer lado e gosta de ouvir o nome de Tondela. Certo? E gosta de ir ao futebol. E vai, acho bem, eu também vou. Prefiro ouvir falar no nome de Tondela, porque tem uma equipa na primeira divisão. Porque honra os seus compromissos. Também concordará comigo que estamos a falar com gente séria, honrada que está a fazer o melhor que pode para resolver os problemas.

Fazem-se muitos contratos de desenvolvimento desportivo por todo o país. A câmara de Lisboa decidiu isentar o Benfica de IMI e de IMT, e eu digo: concorda ou não? Não é estar a beneficiar uma entidade de direito privado? Estar a isentar é dinheiro que não entra nos cofres públicos. O governo da Madeira fez exatamente o mesmo, não foi igual? Sabe qual foi a diferença? Não discutimos se é privado ou não, temos é de discutir se o fim é público ou não?

Também sou presidente de junta e venho aqui assumir a minha posição pessoal. Desde o primeiro momento assumi este investimento como válido. Também se quis atormentar os presidentes de junta com a ideia que se iria gastar dinheiro em detrimento das juntas de freguesia. Alguns presidentes de junta ficaram atormentados com isso. Mas uma coisa não tenho dúvidas, é que este elenco camarário sempre fez questão de honrar os compromissos com as juntas.

Relativamente a este contrato, meus amigos, não tenho dúvida. Os senhores do PS mandem fazer um estudo de mercado. Mandem avaliar qual é o impacto financeiro de ter



*Q Ceet
Sms*

uma equipa na primeira divisão no concelho de Tondela ou no distrito de Viseu. Não é por acaso que os homens de Viseu andam chateados, porque não têm uma equipa nem na primeira, nem na segunda, se desceram ao campeonato nacional de séniores. Eu voto favoravelmente neste contrato. Em relação à utilidade pública, se alguém tinha dúvidas, ela está espelhada. No Clube Desportivo de Tondela há classes de formação. Há os Pestinhas que jogam lá. Sempre jogaram lá, mesmo antes de fazer parte do clube. No pavilhão desportivo várias atividades são feitas lá. Se não for interesse público, então terão de me explicar o que é! E se calhar teremos de andar para trás e os contratos de desenvolvimento desportivo feitos com grandes clubes teriam de ser anulados. Muito obrigado.”

O deputado José Manuel Mendes continuou:

“Senhor presente, excelentíssima mesa, senhores deputados.

Irei votar a favor deste contrato. Aquilo que vejo e tenho vindo assistir ao longo deste tempo, penso que o chumbo do Tribunal de Contas foi uma vitória para as pessoas que estão contra o desenvolvimento da cidade, do concelho de Tondela. Faço minhas as palavras do senhor presidente da junta de Tonda. Às vezes fico perplexo como é que as pessoas vão junto das populações e dizer que vão desenvolver o concelho. O investimento foi feito onde? Quem é que subiu à primeira divisão? Tinha todo o orgulho que tivesse sido o Molelos, o Nandufe ou o Ferreirós. Ficaria todo orgulhoso. Se o município tivesse de fazer um campo em Ferreirós, estaria de acordo. Agora ficar feliz com o facto do chumbo um projeto que é para o bem de todos, porque é um bem comum, fico surpreendido. As pessoas não são de Tondela, servem-se é de Tondela para o seu benefício próprio, porque para o desenvolvimento de todos, está quieto. Muito obrigado.”

Seguiu-se o deputado Manuel Veiga:

“Se bem me lembro quando se falou a primeira vez do financiamento para as obras do clube, o PCP votou contra, porque não haveria contrapartidas por parte do clube. Não sinto vitória nenhuma em relação ao Tribunal de Contas. Alertámos e o Tribunal de Contas veio dar razão que era um financiamento direto ao clube. De interesse público? Sim, se tiver mais outra coisa que não seja o financiamento de um clube de futebol. Se a economia local ganhou com isso? Deve ter sido com os jogos em Aveiro. Porque os jogos mais importante que poderiam movimentar, não foram cá. Mas que se faça esse estudo



*Alcides
Fras*

Sessão Ordinária de 30-04-2016

de mercado e com certeza que se chegará à conclusão que ainda não se sentiu diretamente na economia.

Quanto à questão que era necessário haver contrapartidas, mostra-se aqui alguma ou outra contrapartida. A questão de honrar compromissos, a câmara honra-os, mas quem não queria dar nada e agora está disposto a tanto, tenho algum receio que esses compromissos sejam cumpridos da outra parte. A questão do dinheiro ser retirado de uns lados para outros, claro que sim. Ele sendo gasto num lado, há-de ser cortado do outro. Ou se nos poderíamos endividar para investir, poderia ter sido feito noutros investimentos. O que foi assumido pelo município, foi uma posição política. Assumiu-se que se pretendia apoiar o clube. Não venhamos agora dizer o contrário. Foi uma iniciativa política. Assuma-se como tal. Agora temo que seja tardio e que não se encontrem soluções para resolver este problema. Esta coisa de dizer que o pessoal não é de Tondela, só porque não apoia esta medida, acho que se calhar o saneamento básico ser amplamente distribuído para todos é muito mais ser de Tondela do que ter uma equipa na primeira divisão.”

O deputado António Dinis voltou ao debate:

“Apenas para responder ao João Paulo, não percebeu de que lado da barricada estarei. Eu votei favoravelmente e contrariamente ao que pensaste o acórdão não me veio dar nenhum jeito. O acórdão deu mau jeito a todos nós. Não deitei foguetes por causa disso. Aquilo que eram as vossas certezas o Tribunal de Contas não as teve. Não sou jurista, tu é que tens preparação para dominar esses campos. Se está chumbado é porque houve fundamentação para tal e se não houve recurso, é porque foi o mesmo foi aceite. À época já tinha levantado a questão da dimensão do estádio, mais precisamente o número de lugares. Essa questão para mim foi crítica e foi-me dito que tinha de ser aquele número, quando sei que o estádio do União tem dois mil e quinhentos lugares. O nosso tinha cerca de dois mil seiscentos e cinquenta lugares. Não são só uns que defendem o interesse público e outros não. Por esta cautela, estava legitimamente e genuinamente a defender aquilo que era no meu entender o interesse público. Acho que não obstaculizei ninguém, não me deu nenhum gozo particular, temos é de enfrentar a realidade. A propósito do interesse público, nesta última semana saiu um diferendo entre a câmara de Arouca e o Arouca relativamente ao pagamento por parte do clube, da SDUQ, dos custos de



manutenção que a câmara não quer pagar. Esse argumentário não serve para tudo. Sempre fui solidário, não gosto que me coloquem na barricada errada, a mina também rebentou nas minhas mãos.”

O deputado Arménio Leite Marques tomou da palavra, de seguida:

“Boa tarde.

Em primeiro lugar, tenho de dar os parabéns à assembleia do dia em que aprovou o empréstimo para fazer as instalações para o desportivo. Disse, na altura que ia votar a favor não querendo saber como o desportivo ia à primeira divisão. Fui seis anos, presidente do Desportivo de Tondela. Nunca o Desportivo negou qualquer partida de futebol, brincadeira, ou qualquer atividade que os do concelho quisessem fazer. Mesmo depois da minha gestão, nunca ouvi ninguém queixar-se de que tenha sido negada a utilização do estádio.

Mas vai uma assembleia à data de hoje, 2016, andar a discutir benefícios de povo para povo dentro do próprio concelho. Que eu saiba, Tondela é o concelho de Tondela. O desportivo não faz diferença com ninguém. Como autarca tenho uma dupla satisfação. Não levo a mal aos senhores virem aqui criticar isto, porque alguns dos da minha bancada que hoje utilizam determinados instrumentos, criticaram a minha postura quando fui presidente.

O Tribunal de Contas se chumbou está chumbado, temos agora de arranjar argumentos e resolver o problema. Não podemos é discutir sem nada resolver. Qual dos partidos que está contra, faria o que fez o presidente da câmara? O que fariam se estivesse no seu lugar? O clube subiu de divisão, são necessárias infraestruturas, os senhores neste caso não fariam nada? O Desportivo é um mero ator. Como disse, o meu duplo gosto, é que os mesmos que me criticaram, agora são apoiantes de futebol. Alguém tem dúvidas na obra que existe? Onde é que anteriormente cabiam cerca de 3 000 pessoas? Era possível jogar com clubes da 1ª divisão com as instalações que existiam? Aquilo que lá está serve ao desportivo e a todo o concelho. Já em 1977, reuni, ali, todas as escolas do concelho e a propriedade era do clube. Não é orgulho para Tondela estar na 1ª divisão? O que para mim é importante é que Tondela tem umas instalações como qualquer outro concelho que jogue na 1ª divisão. Quando é que se ouviu falar mais vezes em Tondela, não o clube mas a terra? Isso não tem importância? A câmara tem de investir. Não



Handwritten signatures and initials

Sessão Ordinária de 30-04-2016

merecemos ter uma estrutura para fazer qualquer tipo de eventos? Acho que todos nos devemos entender. Muito obrigado.”

O deputado Joaquim Santos interveio:

“O senhor presidente da junta de freguesia de Tondela não se preocupe com o que hei-de dizer aos meus eleitores, se me candidatar a algum cargo nas eleições. Preocupe-se é o que há-de dizer.

Quanto à Vera, temos o mesmo problema. Sou solidário. O problema é de todos nós. Eu não contribui para ele, mas disponibilizo-me para prestar a minha solidariedade em encontrar uma solução para o resolver. Só lamento, é que a câmara municipal de Tondela não tenha convidado o senhor deputado João Paulo, como ilustre advogado, para fazer o recurso junto do Tribunal de Contas. O senhor não esteve aqui, mas leia as atas. Não andei a reboque do Tribunal de Contas. Aquilo que sempre aqui disse, veio a ser confirmado pelo Tribunal de Contas. Não tem de ser o PS a encontrar uma solução, queremos contribuir, mas não tenho solução nenhuma. As soluções encontram-se. Não é aqui na assembleia que se discute, mas vamos discuti-las, aqui não há tempo para o fazer. Sou de Tondela, sou de Mosteiro de Fráguas, sou Tondelense. Não é com camisolas vestidas que se promove um concelho. Não tenho de ser do desportivo de Tondela e não é por isso que deixo de ser Tondelense e de defender os direitos da minha terra. Estar a defender as posições que tenho defendido desde o início, é estar a defender não Tondela, mas o concelho de Tondela e seus municípios. É isso que sempre farei, custe o que custar. Tenha as consequências que tenha para o eleitorado, não é isso que estou a pensar. Quero é ficar bem com a minha consciência.

Senhor presidente, digo-lhe mais uma vez, as soluções não é aqui que se encontram hoje. Todos podemos discuti-las consigo. Também estou preocupado com isso. Muito obrigado.”

O presidente da câmara explicitou:

“Primeira nota, é possível haver apoio a um clube profissional. A Lei n.º 5 de 2007 define claramente em que termos pode haver, desde que esse apoio seja para infraestruturas.

Questionadas as atividades que servem a contrapartida de interesse público. As atividades estão refletidas, sendo verdade que a dinâmica do tempo e das instituições não



Acord
[Handwritten signature]

Sessão Ordinária de 30-04-2016

devem ser limitadas, por isso é que se prevê a existência de uma comissão de acompanhamento. O contrato de desenvolvimento desportivo, à luz da Lei, não pode ter um período de vigência superior a quatro anos, mas a peça jurídica que os consultores nos ajudaram a desenhar prevê que no fim desse quatro anos seja avaliada a equação financeira. Isto é, se as contrapartidas que existiram forem de montante inferior aquilo que foi o investimento, renova-se por quantos forem necessários para que esse equilíbrio seja feito. Permanece por um período de vinte e cinco anos o direito de superfície, que é o que legitima a que o município tenha a posse, fruição e gestão da infraestrutura.

Não discuto decisões de tribunais. Vivo num estado de direito. Posso compreendê-las ou não, mas não as discuto. Respeito-as. Por as respeitar é que procurei conjuntamente com todos os disponíveis para esse caminho, encontrar um modelo com novas peças processuais, com novos instrumentos que, em primeiro lugar, satisfaçam as preocupações ou indicações do próprio Tribunal de Contas, na medida em que o acórdão aponta um caminho. Foi esse caminho que nós quisemos acompanhar. Que é fortificar um contrato de desenvolvimento desportivo que expressa, de forma bem detalhada, as contrapartidas. Quem estiver aqui daqui quatro anos ou no tempo em que for, entender que elas não estão ainda satisfeitas, assiste-lhe sempre o direito de desenvolver um novo contrato para continuar a manter o interesse público como primeira prioridade. Por essa razão, julgo, se bem ouvi todas as bancadas, que todos reconhecem ser de interesse público a existência de uma infraestrutura no nosso território capaz de, entre outras atividades, poder acolher jogos da primeira liga e ter um conjunto múltiplo de contrapartidas de interesse público, que não são quantificáveis do ponto de vista financeiro como alguns possam pedir, mas que estão bem claras do ponto de vista da utilização. Quero com isso dizer, o pavilhão do Clube Desportivo de Tondela é de interesse público que seja usado pelo município e que o município o possa ceder às entidades que dele precisarem, na medida que o atual pavilhão do município tem uma taxa de utilização, principalmente em período escolar, de total ocupação. Como bem está detalhado nos anexos ao contrato de desenvolvimento desportivo, estão previstas, a título de exemplo, várias ocupações e atividades/projetos que serão desenvolvidos com o envolvimento, parceria do clube ou com a disponibilização das infraestruturas. Procuramos verter, densificar e exemplificar as



Sessão Ordinária de 30-04-2016

contrapartidas de interesse público, admitindo que o bem que prossegue o interesse do nosso concelho.

Nesta assembleia não comento intervenções de sócios ou presidentes de outras instituições. Mas há uma coisa que sei, não sou sujeito a pressões. Pedi a demissão da assembleia geral do Clube Desportivo de Tondela no mandato anterior, porque neste momento existem outros órgãos, por minha iniciativa. Interpretei que o erro de cálculo a que o senhor presidente do clube se referiu, centrava-se nas equipas de futebol, portanto não faço comentários sobre essa questão.

O CDT não foi o único beneficiário das obras de requalificação ocorridas em 2004. Muitas outras entidades e iniciativas tem ocorrido naquele espaço. Como também não subscrevo, e muito longe disso, a ideia de que o montante aqui referido de encargos anuais aponta para os valores em causa. Também, acrescento que todos devemos ter presente que as infraestruturas feitas são aquelas que a Liga obrigou para que aquela instalação desportiva possa vir a ser reconhecida como uma infraestrutura capaz de acolher jogos da liga profissional.

Reitero que é de interesse público e municipal, reconhecido pelas forças políticas presentes nesta assembleia, o investimento a realizar através de apoio ao Clube Desportivo de Tondela para que faça essa intervenção. É bem detalhado o quadro das contrapartidas de interesse público e municipal que estão desenhados para estes quatro anos e se a equação financeira não estiver equilibrada, o próprio modelo do contrato admite poder prolongá-lo durante tanto tempo quanto necessário até que o investimento tenha retorno público. Há um período de vinte e cinco anos de direito de superfície, registado, pelo que aquele bem não pode ser alienado. O município é fruidor de toda a edificação que está naquele espaço. Muito obrigado”.

De seguida, o contrato de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o Município de Tondela e o Clube Desportivo de Tondela foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Joaquim Santos, Carlos Viegas, Jorge Batista, Marta Franco e Jorge Manuel Marques. As abstenções dos membros: António Dinis, António Almeida Dias, Manuel Veiga, e António Sérgio Almeida. E os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Jorge Henriques, Vera Machado, Sérgio Rodrigues, Abílio Santos, António Pereira, Alfredo



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Cabral, Diamantino Costa, Gonçalo Pereira, António Lopes, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Armando Laranjeira, João Paulo Tavares, Carlos Manuel Silva, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira e José Manuel Mendes.

O deputado Manuel Veiga fez a sua declaração de voto:

“Está a declaração do compromisso associada às contrapartidas presente. Espero que não seja tardio.”

2.19. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O deputado José António Dias interveio:

“Muito boa tarde, mais uma vez.

Tendo presente o regimento de funcionamento desta assembleia, guardei para este ponto uma resposta e um esclarecimento para o senhor Joaquim Santos. Quanto à interpretação que fez relativamente “às maiorias”, posso admitir a minha culpa por não me ter explicitado bem. Pretendi dizer que não quisemos agir por auto recriação, mas sim fundamentados num parecer, o qual se fundamentou em várias leis. Também é verdade que em determinado momento o senhor presidente da assembleia dizia “incompatível”, para depois retificar e dizer “que não era possível estar na dupla função”. Isso foi retificado. Provavelmente durante a minha intervenção, também não estive atento, porque quando a fiz disse que “foi normal o público falar enquanto a assembleia esteve suspensa”, mas aquilo que eu referi e não achei correto foi quando falou durante o funcionamento da mesma. Termina a minha intervenção voltando a referir e para que fique bem claro que é sempre bem-vindo a Molelos, nomeadamente às assembleias. É livre tal como todos que quiserem estar presentes. Muito obrigado a todos.”

De seguida, interveio o deputado Alfredo Cabral:

“Muito boa tarde a todos.

Havia pedido para intervir há pouco, faço-o agora. Penso que se tivéssemos que avaliar os resultados desta assembleia, julgo positivo mesmo por parte de oposição. Da parte da oposição, senhor Dr. José António, houve aqui uma boa vontade. Eu, por ministério profissional, fui obrigado a dizer aos meus alunos que o que torna uma boa ação é o plano de intenção, o plano da vontade e da racionalidade. Li o acórdão do



Sessão Ordinária de 30-04-2016

Tribunal e fiquei muito submetido à sua atitude de dizer “não comento decisões do tribunal”, são doutos do tribunal, bem ou mal. É certo que tive de ler duas vezes. Como acórdão, ele trás razões para dizer não, mas também trás razões de avaliação daquilo que poderia ter sido sim. Fico feliz, e falo para a bancada do PS, que julgo que ninguém é detentor da verdade. Fiquei feliz pela atitude do Veiga, que votou contra e agora absteve-se, no sentido de conciliação. Como também interpreto a tua atitude, Quim Santos, no sentido de dizer “temos cá o problema e vamos resolvê-lo”. Felizmente, penso que foi resolvido e isto é bom para o concelho. Em relação àquilo que o Eng^o Dinis disse em relação ao Arouca, havia um senhor que dizia: “eu, sou sempre eu e a minha circunstância”. A circunstância do Arouca agora, não é a circunstância de quando a câmara teve de investir. O que é extremamente justo e ético, dizer: “agora reponham”. Com isto também quero dizer ao Dr. José António, que julgo que a oposição trás aqui alguns outros pontos que deveriam merecer análise, no sentido do bem comum. São questões fundamentais, pois fico triste e escandalizado pelo preço da água que se paga. Oxalá que os tribunais decidam sobre este assunto da água. Entendo que qualquer um de nós se tivesse o resultado do acórdão em relação àquilo que se passou, certamente o Dr. José António teria seguido um outro itinerário e encontrado uma outra solução. Votei a favor da primeira vez e da segunda vez, porque também não gosto de entrar em contradições e paradoxos. Falo pelo Arouca, de quem gosto, julgo que tiveram uma outra sorte, até com o investimento. Fiquei feliz quando me dirigi pela primeira vez ao complexo desportivo de Tondela e vi a dignidade daquelas obras. Oxalá que o Tondela não desça. Em relação à atitude dos partidos da oposição, acho que foi uma atitude de boa conciliação, mesmo de quem votou contra. Senhores membros do Partido Socialista, não há dúvida que a verdade não pertence a um, nem a uma equipa, nem a uma maioria. Mas também não pertence a uma minoria. Julgo que trazer assuntos à discussão no sentido do bem maior e do bem melhor, é profundamente justo, legítimo e justificável. Por isso penso nas palavras do presidente da câmara, meditem o que ele vai dizendo: “não comenta acórdãos”, “não comento opiniões de...”. Sempre com este respeito, mesmo que haja um sorriso amarelo da oposição, que é querida e é respeitada na assembleia municipal. Bem-haja. Penso que é difícil estar à frente dos destinos de um concelho ou de uma freguesia, mas o que peço é que sejam sempre tidos os princípios ético-morais, ético-políticos do



bem agir com retidão e com verdade. Parabéns a esta assembleia. Estou contente pela resolução deste problema. Vai faltar dinheiro outros sítios, certamente, mas é uma boa aposta. Obrigado.”

3-Período aberto ao Público

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a presente sessão da assembleia municipal e foi lavrada a presente ata para constar.

O Presidente: Carlos Manuel Cortê Henriques do Ceado

O 1º Secretário: Ilzeirinho

O 2º Secretário: Sandra Teresa Alcega Costa Seque

anexo 1
[Handwritten signatures]

Moção

25 de Abril

No 42º aniversário da Revolução de Abril e 40º aniversário da Constituição da República

Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;

Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;

Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;

Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores actos de afirmação de soberania e independência nacionais;

Considerando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz,

A Assembleia Municipal , hoje reunida, delibera:

-Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são base para uma política que sirva Portugal e os portugueses.

Manuel Veiga



anexo 2
SP
Coutinho
Jr

Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia

Quarenta e dois anos após o movimento dos capitães de Abril, pergunto-me hoje se sim, se se cumpriu Abril, se aquela madrugada que tantos esperavam, como Sophia de Mello Breyner Andresen evoca, efectivamente transformou Portugal e se deixámos de ser como declamou Ary dos Santos o “Portugal suicidado”. Não. Companheiros ou camaradas desta “domus”, Não! Não creio que os valores e os princípios estejam totalmente cumpridos. O então MFA, no seu programa de actuação, dirigiu “a todos os Portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional exortando-os a garantirem,(....) as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduzisse à solução dos graves problemas nacionais, à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis à obtenção do lugar a que



Portugal tem direito entre as Nações”. Quase meio século decorrido o país tem sido referência entre as outras nações mundiais mas quase sempre invariavelmente pelas piores razões. Não discuto, nem me atrevo sequer a colocar em questão toda a evolução que nos últimos anos reinou no país, particularmente assente na cultura do betão. Mas ter-se-á já alcançado a harmonia, o progresso e justiça social que preconizava o MFA há quarenta e dois anos? Meus caros companheiros ou camaradas desta casa, parece-me que não. E para esta ausência de realização total de Abril, os partidos políticos e os actores políticos têm indiscutivelmente grande percentagem de culpa. Há precisamente um ano, em intervenção que aqui trouxe a este plenário, alertei para a assinalável quebra de participação popular nos atos eleitorais, ao longo destes quarenta e dois anos, prova inequívoca do descrédito em que caíram os partidos políticos em Portugal. Citei então Francisco Assis, destacado militante do PS, que hoje novamente cito, pois que como o mesmo afirma *“para que chegássemos a tal situação em muito contribuiu a progressiva desenegrecia dos partidos políticos, que não cuidaram de garantir a necessária qualificação interna, desertaram das suas responsabilidades no*



domínio da promoção do debate cívico e alhearam-se de preocupações culturais e sociais emergentes. Excessivamente centrados na auto-reprodução dos seus minúsculos poderes, os aparelhos partidários subalternizaram-se no espaço público e desprestigiaram-se aos olhos dos cidadãos.”

É tempo de particularmente o dois grandes partidos, PSD e PS que vêm alternando na governação deste país criarem uma base comum de consenso relativamente às grandes opções estruturais nos domínios fulcrais deste país, designadamente na economia, na saúde, na educação e na justiça. Marcelo Rebelo de Sousa, o mais recente Presidente da República eleito, vem reforçando a necessidade desse consenso alargado e da necessidade da participação cívica dos portugueses.

Portugal e os portugueses não podem continuar à mercê de experimentalismos de momento que ponham em causa o esforço de uma legislatura. Urge que estas duas grandes forças políticas, com responsabilidades acrescidas na governação do país, após Abril de 1974, possam definitivamente e parafraseando o nosso Presidente da República, permitir a “moralização do nosso sistema político e a sua credibilização constantes, nomeadamente pelo



combate à corrupção, ao clientelismo, ao nepotismo”. Para tal, os partidos políticos têm que se abrir à sociedade, promover o debate e cativar para as suas fileiras indivíduos que pensam e actuam na actividade política como um verdadeiro exercício de cidadania, ao serviço dos outros. A actividade política tem que ser definitivamente entendida como serviço público e as lideranças exercidas por quem alie a capacidade técnica e de decisão a um inegável percurso de serviço de cidadania na sociedade civil.

Mas o sucesso desta empreitada de moralização e credibilização do nosso sistema político exige que a hoje ténue linha de fronteira entre o poder económico e o poder político se acentue, que claramente se expresse, de forma a evitar os sistemáticos fenómenos de corrupção que com frequência somos presenteados nos nossos meios de comunicação social.

E assim andando partidos e actores políticos, estou certo que cumprimos Abril na sua plenitude, permitindo a todos os portugueses uma participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e assegurando as condições de uma política que conduza à solução dos problemas nacionais, à harmonia, progresso e justiça social.



Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Exmas. e Exmos. Membros da Mesa

Exmos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia

Exmas e Exmos Membros desta Assembleia

E por terras de besteiros? Nós por cá, vimos assistindo após o 25 de Abril de 1974 a um inegável desenvolvimento sócio-económico, que tem permitido afirmar o concelho na esfera regional. O PSD Tondela, desde 1985 é o partido que tem governado o concelho, sempre com maiorias absolutas. Tondela, ao longo destes trinta e um anos de governação social democrata, vem-se afirmando no panorama regional e até nacional, quer seja pelo seu desenvolvimento industrial, quer seja pela sua afirmação cultural ou até pela sua afirmação desportiva. Compete à Câmara e naturalmente ao executivo camarário estar a atento, criando condições e sobretudo definir políticas e ter capacidade de decisão na sua aplicação.

Caros companheiros ou camaradas desta Assembleia,



Os dados do desenvolvimento económico e social do concelho de Tondela, são inequívocos, tal como palpável é a obra realizada ao longo destes trinta e um anos de governação social democrata que sabe o que quer para o nosso concelho. O PSD tem definido um claro plano estratégico de desenvolvimento para o concelho, procurando garantir que esta terra seja de bem-estar para as suas populações. Naturalmente que nem tudo ainda é pleno e será sempre necessário limar algumas arestas, particularmente no próprio aparelho partidário, mas como há pouco vos referi, sempre trabalhando ao serviço de todos os tondelenses, procurando cumprir com o programa que em 2013 apresentamos ao eleitorado e que por larga maioria foi sufragado.

Outros há que preferem criar o alarde nas redes sociais, alicerçando a sua actuação no populismo demagógico, desrespeitando o voto popular e demitindo-se das funções para que foram eleitos, atacando as instituições e órgãos de soberania sem pudor, assim fazendo letra morta dos mais elementares princípios constitucionais adquiridos com o 25 de Abril.

Afirmar Abril não passa somente por cerrar o punho, colocar o cravo na lapela e cantar a Grândola, exige cultura democrática, respeito



Cláudio
João

institucional e sobretudo plano e programa políticos consistentes que permitam a políticos imbuídos de efectivo espirito de serviço público, mas também com capacidade de decisão, a concretização dos anseios dos nossos concidadãos. Por mim, e no meu modesto contributo, podem os tondelenses saber que honrarei sempre o mandato que me foi confiado, procurando sempre em exercício de cidadania e nos valores democráticos de Abril, ajudar na construção de um melhor território.

Muito Obrigado!

Voto de Repúdio

Os acontecimentos vividos nas duas últimas assembleias de freguesia de Molelos, consequentes à atuação de um eleito local, representam uma enorme afronta aos mais elementares princípios de urbanidade e de dignidade que o órgão para que foi eleito lhe deveria merecer.

A existir incompatibilidade para que a mesma pessoa, no mesmo momento e em simultâneo, possa exercer e desempenhar duas funções – a de, membro da assembleia e a de diretor de um boletim local, até que exista decisão judicial que torne cabal este princípio, o que aconselharia o bom senso?

Caso o visado não atuasse, tão só, por vaidade, arrogância, sobranceira e provocação, com intuítos meramente políticos, teria, naturalmente, nomeado outro diretor para esse boletim, o qual, nessa função não cometeria nenhuma ilegalidade.

Era o esperado. O que qualquer outra pessoa faria. Só que neste caso, instrumentalizada uma associação – a Casa do Povo de Molelos- este senhor desenvolve uma atividade onde procura focal esse boletim nos interesses partidários, na guerrilha e na promoção política e pessoal.

Sejamos bem claros:

- a) Todos devem ver reconhecidos os direitos ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra e à proteção legal contra quaisquer formas de manipulação informativa;
- b) Todos têm o direito de exprimir e divulgar o seu pensamento, bem como o direito de informar;
- c) A garantida a liberdade e independência de imprensa são princípios fundamentais;
- d) Deve ser assegurada nos meios de comunicação social a independência perante o poder político e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias;

A atitude reiterada e continuada, os fins objetivos, a estratégia despudorada, são um atentado à dignidade e independência da imprensa local. Um ultraje aos mais elementares princípios de independência, pelo que deverão os órgãos próprios que avaliam a ética jornalística, bem como a entidade reguladora, promover a devida análise do exposto, aos conteúdos de cariz político partidário escritos pelo protagonista destes factos.

As declarações proferidas por esse responsável a um meio comunicação social- uma rádio local – e que todos puderam ouvir, após a sua detenção, merecem a devida análise. O Diretor do “AuGaciar” diz, e passo a citar: “...O que acho mais importante neste caso é a GNR estar ao serviço de uma força política maioritária no concelho...”.

O teor ofensivo, colocando em causa o bom nome, a imagem e a independência de uma força de segurança de natureza militar, bem como de todos os que de forma livre optaram por militar num partido político, não pode ficar impune, já que o autor de tais palavras, não é inimputável.



Handwritten signatures and initials, including 'SS' and a large signature.

Perante os considerandos expostos, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vem propor a esta Assembleia Municipal:

1. Que delibere no sentido de repudiar estas declarações lesivas ao bom nome e independência de pessoas e instituições, já que a aludida expressão coloca em causa o princípio da separação de poderes e do funcionamento isento e transparente de entidades policiais, num estado de direito democrático.
2. Que a presente Moção seja enviada:

.Ao Ministério Público, para a devida análise da amplitude e consequências da afirmação citada proferida numa rádio local;

À Entidade Reguladora da Comunicação Social, acompanhada dos diferentes boletins do "Ao Augaciar" para a devida avaliação da forma como são irremediavelmente feridos os princípios da independência e da separação de poderes.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata

Tondela, 30 de Abril de 2016

o texto
de
Cecilia
Am

INTERVENÇÃO DE ABILIO RODRIGUES DOS SANTOS

Comemorou-se na passada segunda-feira, o 42º aniversário do 25 de Abril. Sobre esta efeméride, ~~com~~^{de} certeza ~~que~~^{se} todos os partidos políticos representados nesta Assembleia ~~se não~~^{se não} pronunciar. Não pretendo por isso ser repetitivo muito embora partilhe como vós os verdadeiros ideais da Revolução de Abril e me associe também a tão importante efeméride que mudou para melhor a vida de quase todos os portugueses. Tenho ~~de~~^{de} ~~confessar~~^{confessar} contudo, que dos três “D”, que estiveram na génese do 25 de Abril – DEMOCRATIZAR, DESCOLONIZAR e DESENVOLVER, apenas as duas últimas - descolonizar e desenvolver, foram satisfatoriamente concretizadas. Falta concluir portanto o terceiro “D” – democratizar. Um dos principais e talvez o mais importante atributo da democracia é a liberdade. Mas a liberdade não pressupõe a calúnia, o ataque pessoal, o ódio, a convicção que o “EU”, tudo pode dizer e fazer, e os “OUTROS” apenas têm a obrigação de ouvir, de congelar as suas emoções, de hipocritizar as suas verdadeiras intenções de resposta. Esta não é a liberdade do 25 de Abril. Esta é a liberdade ao antes 25 de Abril e aquela que mediou entre o dia 26 de Abril e o dia 25 de Novembro. A verdadeira liberdade que ~~o~~^o 25 de Abril ~~nos pretendeu inculcar~~^{era}, ~~era~~^{era} uma liberdade com responsabilidade, com respeito pelo próximo, ~~e~~^e partindo sempre do princípio de que a liberdade de cada um, termina onde começa a liberdade do outro. Liberdade sem responsabilidade, e sem respeito, não é liberdade, é crime.

Clarete
Br

Como consequência desta irresponsável liberdade, a vida política de Tondela está a ser manchada e vitimada por uma verdadeira organização de características ^{políticas} ~~pedestras~~, que intimida, ^{que corrompe} ~~que corrompe~~ e que trabalha ^{na} ~~na~~ sombra. É um polvo, de tentáculos bem definidos e conhecidos e do qual falta apenas conhecer o cérebro. O seu alvo preferencial são as pessoas e algumas instituições, ^{e são feitos os} ~~galvanizando de~~ forma anárquica, graves e perigosas suspeições e provocações a agentes da autoridade e aos próprios tribunais.

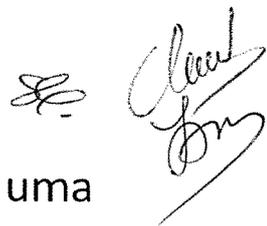
p. 21

pal. tab. br

com quem tem os que id. em
etc.
cl. sub. os

A Assembleia Municipal de Tondela, outrora enriquecida por políticos como o Dr. Rui Santos, o Professor Alberto Coimbra, o Paulo Albernaz, entre muitos outros dos mais diferentes partidos políticos, ^{que nos des. e. ou. cl. de. cas} ~~era~~ feita com alegria, com educação, com elevação, com respeito, com alguma maldade política por vezes, mas sobretudo com uma vontade indomável de se trabalhar mais e melhor para o desenvolvimento de Tondela e seu Concelho. E assim se andou durante muito tempo até à presente candidatura.

Hoje, a Assembleia Municipal de Tondela, e algumas Assembleias de Freguesia limítrofes, que deveriam ser o local ideal para se debaterem ideias de interesse para o nosso concelho transformaram-se em verdadeiros tribunais populares, onde se procura fazer justiça pelas próprias mãos, não se olhando nem a meios nem a fins, utilizando-se por vezes uma linguagem ^{de baixo nível} ~~ordinária~~ e pouco ética, que seria suposto não ouvir-se em pessoas que exercem a nobre missão de estarem na vida política. O que



muitas vezes se assiste também nesta Assembleia é uma verdadeira peça de circo, muito mal representada pelos seus atores. Representam as antigas arenas romanas, para onde se atiravam os cristãos e os anti imperador. Hoje felizmente, as arenas romanas desapareceram mas alguns imperadores ainda continuam.

A sua função é matar os justos e os pecadores, sem julgamentos prévios, sem direito nem a presunção de inocência e muito menos a defesa legítima. No meio de tanta gente má, salvem-se apenas os imperadores, imperadores que souberam conviver alegremente com os agora condenados, que foram seus heróis do passado, a quem inclusivamente davam palmadinhas nas costas nos momentos mais oportunos e que muitas vezes os glorificavam com pompa e circunstância, sabe-se lá como e porquê. Os amigos e os heróis do passado, transformaram-se de repente em vilões, em velhos inimigos, em gente perigosa e suspeita.

E o que deveria continuar a ser a Casa da Boa Prática Política, transformou-se de repente numa casa onde os verdadeiros interesses do concelho são pouco discutidos, digamos mesmo, quase que abandonados, substituídos que são por horas infintas de verdadeira intimidação, de ataques pessoais inúteis e estéreis, de calúnias, de uma descarada e vergonhosa falta de respeito pelos membros da Assembleia e pela própria Instituição, numa demonstração de total desconhecimento da palavra liberdade - a liberdade que nos foi oferecida pelos



lutadores de Abril. A liberdade que está subjacente em todas as atitudes antes referidas, é uma liberdade irresponsável e covarde, pois atinge pessoas que não se podem defender nem no local nem na hora, e que tem de ser urgentemente combatida por todos aqueles, que ainda acreditam na democracia, na verdade e na justiça.

Abílio Rodrigues dos Santos

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 27 de fevereiro 2016 a 26 abril de 2016)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Após a última Assembleia Municipal, no dia 29 de fevereiro, realizaram-se diversas reuniões e ações, das quais se salientam as seguintes:

- com responsáveis do consórcio ClimAdap.PT.Local;
- Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões (2 reuniões);
- com responsáveis das empresas Cotefis (3 reuniões), Território XXI, Bodum, Tregood, Edibest; SportRelva; Proman (2 reuniões); Civibérica.
- visita de trabalho à vila do Caramulo (conclusão da rede saneamento) e à IPSS de S. Miguel do Outeiro;
- apresentação da 2ª edição da Carta Social Dinâmica de Tondela;
- Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (3 reuniões); A este propósito, referir que a ERSAR finalmente se pronunciou acerca da legitimidade da aprovação do Regulamento de Serviços da Água, sendo esta competência da responsabilidade da Assembleia Intermunicipal;
- com Presidentes de Junta / Uniões de Freguesia de Barreiro de Besteiros / Tourigo, Tondela / Nandufe, Castelões, S. Miguel do Outeiro / Sabugosa;
- com os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do concelho no âmbito da reavaliação anual dos apoios ao abrigo dos acordos de execução;
- com responsáveis da CCDRC, no quadro da candidatura ao projeto de Pré-qualificação para a Área de Acolhimento Empresarial e uma outra reunião no âmbito do PEDU (diversas reuniões);
- visita à ACERT, com a presença da então Srª Secretária de Estado da Cultura e da Srª Diretora Regional da Cultura do Centro;
- com o Secretário de Estado das Infraestruturas;

- com responsáveis da Fundação António Braz;
 - apresentação das candidaturas ao POSEUR;
 - com proprietários de terrenos adjacentes à ZIM da Adiça, no quadro do projeto de expansão da Área de Acolhimento Empresarial;
 - com os novos corpos sociais da Associação de Trabalhadores da Câmara Municipal de Tondela;
 - Assembleia Geral da Ecobeirão;
 - com responsáveis da Universidade de Coimbra;
 - com o diretor da Unidade de Saúde Familiar de Canas de Santa Maria;
 - com responsáveis da AICEP e investidor;
 - Conselho de Administração da ADICES;
 - com responsáveis do Turismo do Centro, nomeadamente o seu Presidente;
 - com responsáveis dos novos corpos sociais do Besteiros Futebol Clube;
 - com responsáveis da Câmara de Comércio Luso-Alemã;
 - com Presidente do Clube Desportivo de Tondela;
 - com responsáveis do Clube Desportivo de Canas de Santa Maria;
 - Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Cândido de Figueiredo;
- visita ao Tribunal de Tondela com a presença da Sr^a Juiz, Dr^a Maria José Guerra, administradora da Comarca de Viseu, no quadro da eventual construção da 2^a sala de audiência da instância de Tondela, e tendo presente a disponibilidade manifestada pelo município, há mais de um ano, junto da Senhora Juiz, a qual acolheu a nossa manifesta vontade de colaboração.

- **Reunião com Secretário de Estado das Infraestruturas** manifestando a posição do município acerca das opções estratégicas da ligação a Coimbra:

.Se existir financiamento público, requalificação em perfil de auto estrada do IP3 (sem portagens);

.ou construção de nova via, eventualmente portajada, mas mantendo o IP3 beneficiado como alternativa.

. Apresentação de alguns constrangimentos (nó de Valverde) e ligação Caparrosa/A25

Área de Acolhimento Empresarial

- Expansão da ZIM Tondela –

Está em fase bem avançada o projeto de expansão da ZIM, numa área que se aproxima de 8 hectares, e que incluirá a requalificação de algumas infraestruturas das áreas e infraestruturas da ZIM existente.

Neste contexto, concluíram-se as negociações, com mais de 30 proprietários, para aquisição dos terrenos em causa.

Também está em curso a necessária fundamentação da expansão, fruto da procura e interesse manifestado por empresários e da necessidade consolidada de expansão de algumas unidades existentes nesta área Industrial.

No âmbito desta importante visão estratégica, seguir-se-á outra fase de expansão, em área que será objeto de Plano de Pormenor.

Para tal, está em bom ritmo a execução da cartografia homologada á escala 1:2.000, que virá a ser reconhecida pela Direção Geral do Território.

- Expansão da ZIM Lajedo –

Também nesta Zona Industrial, prevê-se expandir a área dos lotes disponíveis, para o que se estão a iniciar as negociações de uma área superior a 110.000m², estando já executado o estudo geológico e em curso o projeto de modelação de terreno e execução das diferentes infraestruturas.

Sinais altamente encorajadores, se tivermos presente o investimento que decorre em ritmo muito acelerado, com a construção da nova unidade da Fresenius-Kabi.

A expansão desta ZIM, arrasta a necessidade de, também, ampliar a ETAR existente.

Na verdade, quando há 8 anos a mesma foi planeada e executada, foi dimensionada para a população equivalente projetada de 300 trabalhadores.

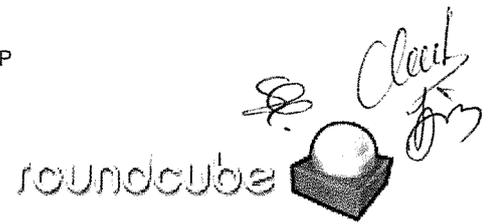
Hoje, felizmente, são perto de 850, e iremos prever a ampliação para um universo de 1.500 trabalhadores, estando já em curso o respetivo projeto de execução, o que arrastará a necessidade de grande investimento.

Ainda no domínio do ambiente, estamos a trabalhar na caracterização cadastral, visando o posicionamento para uma candidatura que estará a decorrer até ao dia 30 de junho. Já está concluído o projeto de execução da rede de saneamento de Valverde, incluindo remodelação da rede de água, e está em curso o projeto de saneamento de Cortiçada e respetiva ETAR, que se juntarão aos projetos já executados da 2ª fase de Molelinhos e da ligação do emissário de Fial a Caparrosinha (inclui a desativação da Etar de Caparrosa). Por fim, será revisto o projeto de remodelação da rede de saneamento e da rede de água ao Caramulo.

- Delegação de Competências – Educação – “Territorialização”

Tendo presente o passado recente, e as perturbações que este tema gerou, estarei atento à seriedade com que será abordado, uma vez que o governo atual perspetiva a “territorialização” da educação.

(ver doc. Anexo)



Assunto **Fwd: EDUCAÇÃO/ ANMP**
Remetente José António Jesus <jose.a.jesus@cm-tondela.pt>
Para Ana Teresa Gomes <teresa.gomes@cm-tondela.pt>, ana.portugal <ana.portugal@cm-tondela.pt>
Data 2016-04-12 23:01

Para assembleia Municipal

----- Mensagem Original -----

Assunto:EDUCAÇÃO/ ANMP
Data:2016-04-12 19:26
Remetente:Media <media@psd.pt>
Para:

in Lusa: Toda a escolaridade obrigatória sob alçada dos municípios a partir de 2018

As novas competências dos municípios na educação, que deverão abranger toda a escolaridade obrigatória e envolver os edifícios escolares, entrarão em funcionamento em 2018 e o seu financiamento será assegurado por um fundo a criar.

As novas competências dos municípios na área da educação “só deverão entrar em funcionamento em 2018 e o financiamento deverá ser assegurado pela criação de um fundo destinado globalmente à educação”, anunciou hoje o presidente Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Manuel Machado.

“A perspetiva que temos é que este processo que está a decorrer”, implicando, designadamente, a avaliação de “experiências piloto desenvolvidas anteriormente”, entre “efetivamente em vigor no ano de 2018, isto é, a seguir às eleições autárquicas” de 2017, disse Manuel Machado, que falava aos jornalistas, hoje, em Coimbra, depois de ter participado numa reunião do Conselho Diretivo da Associação.

“Pretende-se que as coisas sejam levadas a bom porto, sem perturbações colaterais, sem outros processos, e que sejam feitas com seriedade, tranquilidade e rigor”, sublinhou Manuel Machado, explicando a importância de o processo entrar em funcionamento só após as próximas eleições autárquicas.

A transferência de competências deverá “estender-se a toda a escolaridade obrigatória e na área dos edifícios escolares, do pessoal não docente, das atividades de enriquecimento curricular, das refeições e transportes escolares” e da “componente de apoio à família e ação social escolar”, adiantou Manuel Machado.

Os edifícios escolares serão submetidos, para passarem para o domínio municipal, a “uma avaliação prévia, para averiguação do seu estado de conservação, de modo a que o financiamento seja adequado às necessidades efetivas”, explicitou o presidente da ANMP.

“Sem prejuízo da autonomia das escolas, que é fundamental”, o Ministério da Educação continuará a assegurar a gestão e a colocação de professores, a harmonização da rede escolar e a definição de currículos”, sublinhou Manuel Machado.

O processo de transferência de competências na educação, desenvolvido no âmbito da reforma do Estado e do reforço de competências das autarquias locais, está a ser acompanhado por um grupo de trabalho, criado na sequência de uma reunião da ANMP com a secretária de Estado da Educação.

Situação Financeira do Município de Tondela

INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 22 de abril de 2016.

1 – RECEITA

1.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2016 e 22-04-2016)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA BRUTA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (30,96%)	PESO DA EXECUÇÃO NA RECEITA TOTAL
CAP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3)=[(2)/(1)]*100%	(4)=(3)-30,96%	
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.549.386,25	432.877,86	9,52%	-21,44%	7,53%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	85.933,95	17.420,57	20,27%	-10,69%	0,30%
04	TAXAS,MULTAS,O.PENALIDADES	199.147,39	82.698,49	41,53%	10,57%	1,44%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.233.400,00	442.560,70	35,88%	4,92%	7,69%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.024.780,00	3.357.018,93	33,49%	2,53%	58,36%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.424.500,00	396.321,83	27,82%	-3,14%	6,89%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	64.150,00	9.354,92	14,58%	-16,38%	0,16%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	1.050,00	0,00	0,00%	-30,96%	0,00%
10	TRANSFERÊNCIAS DECAPITAL	5.392.936,00	984.329,86	18,25%	-12,71%	17,11%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00			0,00%
13	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	100,00	11.698,96	11698,96%	11668,00%	0,20%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	7.500,00	17.758,36	236,78%	205,82%	0,31%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0,00	0,00			0,00%
TOTAL GERAL		22.982.883,59	5.752.040,48	25,03%	-5,93%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita de (25,03%), em linha com a execução de 2015, em igual período, mas, ainda assim, ligeiramente abaixo do grau de execução esperado para este período (30,96%), ou seja, apresenta um desvio negativo de 5,93%.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 5.752.040,48€. Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior, no montante de 1.449.232,26€, porque este saldo, só é incorporado na revisão orçamental de abril, o que ainda não aconteceu.

2 – DESPESA

2.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2016 a 22-04-2016

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (30,96%)
Despesas Correntes		14.282.863,59	3.334.895,74	23,35%	-7,61%
01	Despesas com Pessoal	4.716.698,00	1.482.805,56	31,44%	0,48%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.173.361,59	1.174.513,42	19,03%	-11,93%
03	Juros Outros Encargos	53.768,00	1.323,31	2,46%	-28,50%
04	Transferências Correntes	3.155.089,00	633.963,78	20,09%	-10,87%
06	Outras Despesas Correntes	183.947,00	42.289,67	22,99%	-7,97%
Despesas de Capital		8.700.020,00	646.569,78	7,43%	-23,53%
07	Aquisição de Bens de Capital	7.172.053,00	477.717,41	6,66%	-24,30%
08	Transferências de Capital	518.117,00	82.119,51	15,85%	-15,11%
09	Activos Financeiros	144.750,00	0,00	0,00%	-30,96%
10	Passivos Financeiros	760.050,00	16.076,81	2,12%	-28,84%
11	Outras Despesas de Capital	105.050,00	70.656,05	67,26%	36,30%
TOTAL		22.982.883,59	3.981.465,52	17,32%	-13,64%

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa corrente de (23,35%) sendo, o grau de execução esperado (30,96%), representa um desvio negativo de (7,61%). Por outro lado, regista uma taxa

de execução da despesa de capital de (7,43%), o que representa um desvio negativo de (23,53%).

Tal como em anos anteriores, é importante referir-se que o cálculo da execução orçamental da despesa tal como deve ser efetuado, nesta fase, gera obrigatoriamente dados enviesados, que podem induzir em erro, uma vez que nem todas as despesas ocorrem de forma regular ao longo do ano. Este enviesamento evidencia-se, sobretudo, devido aos prazos de vencimento do serviço da dívida, que ocorrem essencialmente no 2º semestre, ou seja, juros e outros encargos, na despesa corrente, e passivos financeiros na despesa de capital, com um desvio negativo face ao grau de execução esperado de (28,84%), um desvio muito aproximado do grau de execução esperado, porque apenas se venceu uma prestação. Um desvio completo acontece nos ativos financeiros e deve-se ao valor do FAM (144.750€), sendo que estas prestações só se vencem em junho e dezembro respetivamente.

Importa também referir que parte do desvio verificado nas despesas correntes, se deve à data de pagamento dos encargos do mês, ou seja o pagamento da faturação referente ao mês de abril, ainda estava em fase de processamento, logo, os valores desta despesa a pagar, ainda não se encontram refletidos à data do reporte.

No que concerne à despesa paga, é ainda de referir que à data de análise, o Município de Tondela se encontra a efetuar **pagamentos a fornecedores a 30 dias**.

2.3 – EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
AGRUP.	DESIGNAÇÃO	(1)	(2)	(3) = ((2)/(1))*100%
Despesas Correntes		14.282.863,59	11.693.517,67	81,87%
01	Despesas com Pessoal	4.716.698,00	4.692.118,53	99,48%
02	Aquisição de Bens e Serviços	6.173.361,59	4.594.647,18	74,43%
03	Juros Outros Encargos	53.768,00	24.556,35	45,67%
04	Transferências Correntes	3.155.089,00	2.298.242,95	72,84%
06	Outras Despesas Correntes	183.947,00	83.952,66	45,64%
Despesas de Capital		8.700.020,00	3.842.288,86	44,16%
07	Aquisição de Bens de Capital	7.172.053,00	2.768.079,46	38,60%
08	Transferências de Capital	518.117,00	309.151,95	59,67%
09	Activos Financeiros	144.750,00	144.750,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	760.050,00	522.559,05	68,75%
11	Outras Despesas de Capital	105.050,00	97.748,40	93,05%
TOTAL		22.982.883,59	15.535.806,53	67,60%

Através da análise do quadro acima podemos verificar que embora, estejamos ainda, no quarto mês do ano, já comprometemos (67,60%) da dotação do orçamento do Município.

2.4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e n.º 4.º do artigo 16.º ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho a Assembleia Municipal aprovou, no artigo.10.º da Norma de Execução Orçamental dos documentos previsionais de 2015, na reunião do dia 17 de novembro de 2014, uma autorização prévia favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano, aprovados na mesma data;

Os novos encargos não excedam o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução não ultrapasse os três anos;

Ainda nos termos da referida autorização prévia genérica, a Câmara Municipal deverá apresentar à Assembleia Municipal uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da mesma.

Assim, apresenta-se no quadro a seguir os compromissos plurianuais, desta natureza, assumidos desde o último reporte 22-02-2016, até à data de reporte do presente relatório, ou seja, 22-04-2016.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 23/02/2016 A 22/04/2016				
(Ao abrigo da autorização prévia concedida em 16/11/2015 pela Assembleia Municipal)				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2017	2018	2019	Seguintes
Contrato de aquisição de serviços para segurança, higiene e saúde no trabalho	2.615,80			

3. Conclusão

Estando decorridos apenas 3 mês e 22 dias do ano de 2016, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram ligeiramente abaixo do padrão, salientando, no entanto que, nesta fase, se mantém a fragilidade da definição de um valor padrão de análise de execução orçamental, tendo em conta que, se orçamenta para um ano completo e que os desvios padrão, não consideram os prazos em que as receitas e despesas devem acontecer.

Tondela, 22 de abril de 2016

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

Joana Chaves

anexo 6



Exmos. Srs.:

Presidente da Mesa da Assembleia, Presidente da Câmara Municipal, Restante Mesa, Deputados Municipais, Comunicação Social, M. Senhoras e M. Senhores,

Não podia deixar de felicitar o executivo municipal pela sua visão estratégica e integrada para o território.

A expansão da área de acolhimento empresarial localizada nas freguesias de Mouraz, Vila Nova da Rainha e Dardavaz representa um passo muito importante para a captação de investimento e consolidação das empresas já instaladas.

Assistimos a inúmeros anúncios e propagandas, concelhos onde se anunciam um conjunto de investimentos privados e a criação de imensos postos de trabalho, mas Tondela e a Câmara Municipal mais uma vez se diferenciam.

Sem pompa e circunstância, encontrando sempre as melhores soluções para os problemas das populações.

A acrescentar aos mais de 350 M€ que o concelho exporta anualmente, e em virtude de não haver lotes disponíveis nas zonas industriais, o Município acede a uma candidatura comunitária que permitirá criar novos lotes industriais.

Importa salientar que as ditas “Áreas de Acolhimento Empresarial” só são aprovadas quando se comprova que não existem espaços livres, mas que há empresas instaladas a querer expandir a sua atividade.

Este é sem dúvida um grande indicador.

É sinal que o concelho tem vitalidade e espírito empreendedor, é o comprovar da estratégia municipal de desenvolvimento, é sinónimo de novos postos de trabalho, é o afirmar de Tondela como polo industrial da região.





ce 2010 F
C. C. C.
S. B.

ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS-EDUCAÇÃO

SR. Presidente da Mesa da Assembleia,

S. Presidente da Câmara Municipal,

Srs Membros desta Assembleia,

Comunicação Social e Público Presente.

No dia 12 de maio de 2016, o presidente da ANMP e autarca de Coimbra, Dr. Manuel Machado anunciou que a descentralização de competência, será implementada e alargada a partir de 2018, segundo proposta do atual governo. Referimo-nos aqui, mais especificamente, ao setor da educação que, no ano transato teve uma abordagem intensa no panorama nacional e concelhio.

Explicou, então, Manuel Machado, que o financiamento seria assegurado por um fundo globalmente destinado à educação e que as competências a descentralizar iriam incidir em todo o domínio da escolaridade obrigatória, ou seja, até ao 12^a ano de escolaridade.

Abarcará, também, as áreas dos edifícios escolares, do pessoal ao docente, das atividades de enriquecimento curricular, vulgo AEC's, das refeições, dos transportes e da ação social escolar. **Frisou, também, que este processo só deverá entrar em funcionamento após as eleições autárquicas d 2017.**

Ao Ministério da Educação caberá assegurar a colocação de professores, a gestão, a harmonização da rede escolar e a definição dos currículos, com inclusão de aspetos de índole local.

Isto, apresentado em 2016, com um governo PS!

CURIOSO é que, em início de 2015, a mesma pessoa, na função da referida entidade, se dizia cotra o processo de descentralização d competências, então em negociação, caso a caso, qe o anterior governo, o XIX governo de Portugal, procurava implementar. Nesse desiderato se envolveram os principais atores do ramo da educação e forças autárquicas.

No nosso concelho, o processo foi, deliberadamente assumido para um diálogo aberto e participação ativa pelo Sr. Presidente da Câmara, na procura de uma negociação efetiva de um contrato de delegação de competências que melhor interessasse aos alunos, aos profissionais e ao concelho.

Não nos vamos aqui, hoje, debruçar sobre os aspetos inerentes ao desenvolvimento do processo: Reuniões cm E.E., Professores, gestão dos agrupamentos de escolas, etc.

Apesar de se ter conseguido criar e negociar uma matriz de contrato que, no nosso entender, melhor serviria a melhoria das aprendizagens e do sucesso educativo dos alunos, a estabilidade docente, a melhoria dos recursos patrimoniais e de gestão, vimos forças políticas e profissionais da área enviesar o discurso que se pretendia passar e toldar o processo.



Da nossa parte jogámos limpo, apoiámos a CMT e o seu presidente, os profissionais e os E.E. correspondemos às solicitações que os atores próprios da área nos colocaram.

Estavam em causa valores e competências essenciais para uma educação de qualidade e que promovesse a competitividade, a solidariedade, a colaboração e a participação em todo o processo educativo.

Mas não foi esse o entendimento de algumas forças políticas.

E, no entendimento do que deve ser o respeito que temos pelos intervenientes na educação dos nossos alunos, deixamos o processo em “banho maria”, ALERTANDO, desde logo, que esse era um processo que teria continuidade, fosse qual fosse o governo em causa.

Hoje, perante os avanços e recuos do ministro da educação e do governo, nomeadamente, com as alterações tão significativas no sistema educativo a meio do ano, sem respeito pelos Pais/E.E., professores, pessoal não docente alunos,

E, perante a confirmação de que há projetos com sucesso entre aqueles que fora contratualizados em 2015,

Coloca-se aqui a pergunta:

_Então agora “esta descentralização” que vai ser renomeada de Territorialização já é boa????

Então as questões levantadas na altura, até por quem não conhecia o contrato de delegação de competências, desapareceram como por milagre???

Apenas nos move um desígnio de melhoria efetiva na educação, no nosso país, e mais concretamente no nosso concelho.

Mas parece-nos que em face desta situação que alguém vai dar o dito por não dito, no país e aqui no nosso concelho!!!!

VAMOS ESPERAR PARA VER!

Parece-nos que o ambiente nas escolas já levou, este ano, um rombo muito sério na motivação, na responsabilização e na procura do sucesso do processo de ensino/aprendizagem.

Nós estivemos do lado da descentralização de competências e continuaremos a apoiar tudo o que seja o reforço de descentralização para os municípios.

MAS

Com as correspondentes transferências de recursos financeiros adequados, segundo critérios existentes e não os que venham a ser “inventados”.

NOTA FINAL:

A alteração dos exames e provas finais não é matéria que possa ou deva ser tratada com a leviandade com que este ministro da educação a fez. Pode-se ser apoiante de mais ou menos exames, de mais ou menos horas curriculares, etc, mas não se pode colocar, no mesmo saco, o pendor avaliativo de exames e provas de aferição.



Como instrumentos de avaliação, uns avaliam aquisição de competências, capacidade de se sentir responsável, motivação, são os exames.

Outros, as provas de aferição, avaliam o sistema educativo e o seu desenvolvimento interior.

Mudar as regras a meio do ano denota precipitação, desresponsabilização dos intervenientes no processo e uma ausência de conhecimento do meio escolar.

“Vão ao sabor das ideias matinais!”. Vão com o vento! Mas não façam, de novo, naufragar o navio da educação, já de si sempre numa rota incerta, abalroado por decisões inócuas e inconsequentes para o sucesso das gerações futuras.

Para terminar:

Referenciamos com agrado que tenha havido resposta da ERSAR, embora tão demorada, para que, agora, num quadro legal definido com essa resposta, como sempre pretendemos, se possa dar desenvolvimento ao processo do Regulamento e debater as melhores soluções para o problema do preço da água que sempre nos tem sensibilizado pelo impacto que exerce sobretudo na população mais carenciada.

Afinal há leis que regem as situações e que se têm de ter em conta.

Muito Obrigado

Sérgio Rodrigues

2.2. Análise, discussão e aprovação da Conta de Gerência de 2015

“Senhor presidente, membros da mesa, senhores deputados, comunicação social, todos os presentes.

Temos perante nós um relatório de gestão, suficientemente detalhado, e com a apresentação necessária e adequada para uma boa compreensão do mesmo e dos atos aí explícitos.

Não deixaria, contudo, de registar alguns aspetos que me parecem relevantes, nesta conta de gerência. O primeiro registo que gostaria de aqui fazer, é reconhecer o esforço da administração da Câmara Municipal na pessoa do Sr Presidente e da sua equipa, Srs Vereadores e demais colaboradores, no desenvolvimento do concelho e da qualidade de vida da sua população, consubstanciando-se aqui neste documento esse envolvimento, tanto do órgão executivo como do órgão deliberativo.

Sublinhar, também aqui o reconhecimento a todos os que, de forma direta ou indireta contribuíram para estes resultados francamente positivos.

Consideramos ser muito relevante sublinharmos, à partida, o saldo da conta de gerência, de 2.366.333,3 de euros, o que se nos apresenta como um valor extremamente significativo e digno de registo, apesar das dificuldades que todos entendemos como decorrentes da ação autárquica e do desenvolvimento das grandes opções estratégicas para o concelho.. A este facto significativo queríamos acrescentar e realçar e o contributo que o município deu para redução do nível do seu endividamento, obtendo uma margem utilizável para total de dívida de 3.967.000€ e, continuaram-se os projetos executaram-se obras e o concelho evoluiu no movimento, na imagem, na atração e desenvolvimento do setor empresarial, nas acessibilidades, manteve-se a capacidade de apoio à geração de emprego e promoveram-se novos projetos de alargamento das ZIM para além de muitos outros investimentos nas mais variadas áreas e de uma forte afirmação no contexto regional e nacional.

Temos a noção de que, por força da Lei das Finanças Locais e do Orçamento de Estado, os municípios estão obrigados a reduzir o seu endividamento (abater dívida) ou, em contrapartida a diminuir o volume dos seus pagamentos em atraso, num montante

igual àquilo que vai sendo seu o acréscimo da receita de IMI. Neste ano num valor de 98.002,60 euros

Ora, o município de Tondela, mais uma vez, a exemplo do que tem vindo a fazer com uma gestão adequada e criteriosa de recursos, cumpre com o pressuposto atrás enunciado e cumprindo com os seus pagamentos a que já estava obrigado, como pessoa de bem, vai mais além desses compromissos ditos normais e investe o fruto de uma boa gestão em duas vertentes:

- **Abatimento da dívida** que tem em stock, procurando reduzir os seus encargos futuros, 933.00 euros

- **Pagamentos em atraso**, como podemos ver no relatório de gestão.

O que revela, na nossa apreciação **uma boa capacidade de execução, e um controlo muito apertado sobre todas as variantes da despesa, do ponto de vista financeiro.**

Queríamos também aqui referir, porque nos parece importante uma questão que tem a ver com o grau de execução nas GOP (por Funções) que consideramos muito relevante e que se cifra nos 84,14.

Sabíamos que esta equipa liderada pelo Dr. José António mantinha expectativas sérias no sentido positivo do abaixamento dos seus compromissos de dívida e de pagamento em atraso e temos de realçar aqui o atingir desse objetivo assinalável de, por um lado evidenciar este saldo de conta de gerência, e por outro lado agir naquilo que foi a redução do endividamento do município e dos pagamentos em atraso.

Sem dúvida que são aspetos deveras importantes para a saúde financeira do município e para o concelho no seu todo, num tempo em que todos nos apercebemos das muitas dificuldades que o país atravessou e que sem dúvida se refletiu, também, no nosso concelho e nas apostas indispensáveis para o progresso e qualidade de vida das pessoas, das empresas dos seus projetos e dos seus investimentos. A CMT a todos procurou apoiar sem discriminações e sempre apoiando o tecido social, as freguesias e movimento associativo que tanto tem elevado este concelho.

Sobre este ponto em específico o PSD votará a favor.



anexo 9
Acedo
[Handwritten signature]

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Senhores Deputados, Senhores Vereadores,

Comunicação Social

Neste ponto, uma intervenção muito sucinta, porque já escarpelizamos demasiado a opção beneficiação do Estádio João Cardoso.

Já são manifestamente conhecidas as posições de todos os partidos com assento parlamentar nesta Assembleia.

Temos um problema para resolver.

O que vem aqui hoje é um Contrato de Desenvolvimento Desportivo que vem solucionar um problema que se prende com as obras do estádio, para que o Clube Desportivo de Tondela pudesse jogar na I Liga do Futebol Profissional.

Resta-me dizer que o documento espelha todas as contrapartidas que o clube dará pela beneficiação do complexo.

É também hoje claro que não há consonância do relevado interesse público desta intervenção, portanto também não será



hoje que os nossos argumentos irão fazer mudar a Vossa opinião.

Importa salientar que este contrato prevê um grande retorno do investimento público, as contrapartidas permite que, e entre outras:

- a) Qualquer atleta do concelho possa utilizar o Centro de Reabilitação do estádio;
- b) Uma parte das receitas líquidas de bilheteira sejam aplicadas em formação;
- c) Que a Câmara tenha direito de uso do pavilhão desportivo para outras iniciativas e outras entidades.

Podia elencar uma enormidade de contrapartidas, aquelas que os partidos da oposição tanto reclamaram e estão aqui bem explícitas.

Aliás, este formato consolida uma estratégia futura, automaticamente renovam-se as contrapartidas, permitindo assim que o complexo desportivo goze de permanente e diversa atividade, com todos e para todos.

Para terminar, o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente porque considera e reitera novamente que criar as condições mínimas para que se possa praticar futebol de



Clara
Jun

primeira em Tondela é de interesse publico, é a projeção e a materialização de um território que ganhou uma nova centralidade.

Fazendo agora futurologia, antevejo desde já a posição do Partido Socialista, que deixaram bem claro noutros fóruns de discussão que votarão contra.

Afinal, a posição do PS foi bem clara, e passo a citar: “...dinheiros públicos para privados...Não!”.

Perante este entendimento, e presumo que por razões de coerência, aplicar-se-á a todas as outras entidades similares ao Clube Desportivo de Tondela, quer se trate de um Rancho Folclórico ou uma Associação Cultural.

Registamos esse posicionamento.

Vera Machado